

**ACADEMIA MILITAR**  
**DIRECÇÃO DE ENSINO**  
**CURSO DE INFANTARIA**  
**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**As Campanhas de Moçambique em 1895 – A tática e a  
organização das forças expedicionárias**

**AUTOR: Aspirante Aluno de Infantaria Otilio Miguel dos Santos Pires**  
**ORIENTADOR: Tenente-Coronel de Artilharia Marquês de Sousa**

**Lisboa, Agosto de 2009**



**ACADEMIA MILITAR**  
**DIRECÇÃO DE ENSINO**  
**CURSO DE INFANTARIA**  
**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**As Campanhas de Moçambique em 1895 – A tática e a  
organização das forças expedicionárias**

**AUTOR: Aspirante Aluno de Infantaria Otilio Miguel dos Santos Pires**  
**ORIENTADOR: Tenente-Coronel de Artilharia Marquês de Sousa**

**Lisboa, Agosto de 2009**

**DEDICATÓRIA**

Ao meu avô Salatiel João dos Santos

## **AGRADECIMENTOS**

A realização do meu trabalho de investigação aplicada, contou com a colaboração e dedicação de um vasto grupo de pessoas e instituições aos quais gostaria de expressar a minha gratidão e reconhecimento:

Ao meu orientador Tenente-coronel Marquês de Sousa, pela dedicação e esforço, pela disponibilidade manifestada e pelo rigor na orientação que foram essenciais para a realização deste trabalho.

Ao meu curso pelo espírito de entre ajuda, camaradagem, e principalmente por terem estado ao meu lado, nos bons e maus momentos, durante estes seis anos.

A minha família, em especial a minha mãe e a minha tia Anita, pelo amor e apoio que me deram deste que vim à Portugal.

A minha namorada e a minha filha por todo amor, carinho, apoio e compreensão.

Aos funcionários da biblioteca da Academia Militar e do Arquivo Histórico Militar pelo profissionalismo, cortesia e zelo demonstrados ao longo das minhas pesquisas.

A Academia Militar pelas condições de trabalho prestadas.

A todos aqueles que não estejam aqui mencionados mas que, de uma forma directa ou indirecta, contribuíram para a realização deste trabalho.

## **RESUMO**

O presente trabalho encontra-se subordinado ao tema “As Campanhas de Moçambique em 1895 – A Tática e a Organização das Forças Expedicionárias”, sendo que, com este trabalho pretende-se analisar a organização militar, as táticas e o armamento empregue durante as campanhas de pacificação e apresentar conclusões sobre o impacto militar das mesmas. A metodologia aplicada na elaboração do trabalho assenta exclusivamente na análise documental de fontes e bibliografia, estando o trabalho dividido em cinco capítulos e terminando com as considerações finais.

A Conferência de Berlim realizada em 1884 simboliza o início da corrida à África, visto que, foi nela onde foram definidas as regras para as potências que pretendiam uma ocupação efectiva em África. Nesse período, a Província de Moçambique estava no centro do furacão de disputas entre Portugal e as outras potências europeias, devido, principalmente, a sua posição estratégica peculiar. Porém, o grande problema a ocupação planeada pelo Governo português, e principalmente por António Ennes, era o Império de Gaza, governado por Ngungunyani. A opção militar, através das forças expedicionárias, foi a opção adoptada, que tinha como principal objectivo a pacificação da Província e fundamentalmente a efectivação da posse, através da destruição do Império de Gaza.

A investigação realizada permitiu concluir que no âmbito militar a campanha significou a implementação de novos processos de guerra em África, através do emprego da tática do quadrado e da utilização de armamento moderno por parte de Portugal. Relativamente ao Império de Gaza, apesar de ter uma força numericamente maior e de utilizar uma tática de combate bastante eficaz, o facto do seu Exército não ter acompanhado o desenvolvimento do armamento ligeiro acabou por ser ditador na derrocada do seu Império.

Palavras-chave: Campanhas, Conferência de Berlim, Império de Gaza, António Ennes, Ngungunyani.

## **ABSTRACT**

The present work is submitted to the theme “Mozambican Campaigns in 1895 – the tactics and the organization of the expeditionary forces”, and the aim of the work is to analyze the military organization, the tactics and the weaponry used during peace campaigns, being the primary objective finding about the military impact. The methodology applied in making up the work is based exclusively on the documentary analysis and bibliography sources, and the work is divided in five chapters and ending with the final considerations.

The Berlin Conference held in 1884 symbolizes the beginning of the race to Africa, in which was designed the rules for the powers which wanted an effective occupation in Africa. The province of Mozambique was in the hurricane squabbles between Portugal and the other European powers, due mainly to its peculiar strategic position. However, the big problem in the occupation planned by the Portuguese Government, and especially by António Ennes, was the Gaza Empire, ruled by Ngungunyani. The military option was adopted by Portugal with expeditionary forces, which was fundamentally aimed at pacification of the province and fundamentally land possession, through the destruction of the Gaza Empire.

The investigation allowed to accomplish that in the military extent the campaign meant the implementation of new war procedures in Africa, through the square tactic and use of modern weaponry by Portugal. With regard to Gaza Empire, despite having a numerically larger force and using a highly effective fighting tactics, the fact that its army didn't accompanied the development of light weapons has dictator in collapse of his Empire.

Keywords: Campaigns, The Berlin Conference, Gaza Empire, António Ennes, Ngungunyani.

## ÍNDICE GERAL

<b>CAPÍTULO 1 – Enquadramento Internacional – As potências europeias em África...</b>	<b>6</b>
<b>1.1</b> A Conferência de Berlim .....	6
<b>1.2</b> O “mapa cor-de-rosa”, o desfazer de um sonho .....	8
<b>1.3</b> A postura de Portugal perante o Ultimatum Inglês de 1890.....	9
<b>1.4</b> Da Convenção de 20 de Agosto de 1890 ao Tratado de 11 de Junho de 1891 ....	10
<b>CAPÍTULO 2 – Os principais protagonistas das Campanhas de Moçambique.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1</b> António Ennes, o estratega colonial .....	13
<b>2.2</b> Mouzinho de Albuquerque, um templário em África.....	14
<b>2.3</b> Ngungunyani, o “Leão de Gaza” .....	16
<b>CAPÍTULO 3 – O Império Vátua e a sua organização militar .....</b>	<b>18</b>
<b>3.1</b> O Império de Gaza, um dos maiores poderes africanos .....	18
<b>3.2</b> A organização militar .....	20
<b>3.3</b> Técnicas, táticas e armamento.....	21
<b>CAPÍTULO 4 – A organização e as táticas das forças portuguesas .....</b>	<b>23</b>
<b>4.1</b> Organização das forças portuguesas.....	23
<b>4.2</b> Táticas e técnicas .....	25
<b>4.3</b> O armamento português.....	27
<b>CAPÍTULO 5 – Os principais combates das campanhas de 1895.....</b>	<b>31</b>
<b>5.1</b> Marracuene, 02 de Fevereiro de 1895 .....	32
<b>5.2</b> Magul, 08 Setembro de 1895 .....	34
<b>5.3</b> Coolela, 07 de Novembro de 1895.....	36
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>38</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>43</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>46</b>

*“Ngungunyani,*

*Aí esta Ngungunyani, no trono, reinando Homens e Mulheres,*

*Como o canhoeiro que se anima durante o dia e à noite deixa cair as suas folhas,*

*Ele pela força de uma mulher à noite se enfraquece,*

*Este que nunca é vencido, mesmo o atrevido copi que o desobedeceu, escapou-se com vida fugindo-o.*

*Este que está sempre ardente e sua zagaia avermelhada pelo sangue da guerra,*

*Este que quando quer que a sua língua se limpe puxa-la até aos joelhos,*

*Ele que é dragão, cobra que nunca mostra a sua parte frontal as outras,*

*Cobra que permanece com a cabeça mergulhada na água para refrescar (...).”*

Poema laudatório ao rei Ngungunyani.

## INTRODUÇÃO

O Trabalho de Investigação Aplicada tem em vista enriquecer o leque de conhecimento científico relacionado com a temática escolhida e servir como base para eventuais estudos que poderão vir a ser efectuados no futuro.

Até ao século XIX, a presença colonial portuguesa em Moçambique pouco foi além da fundação e controlo das feitorias localizadas em pontos estratégicos ao longo da costa e algumas incursões terrestres para organizar o tráfico de escravos. A viragem decisiva dá-se com a Conferência de Berlim e o fim do direito histórico sobre as colónias, até então garantido. Com a necessidade de uma ocupação real do território, as potências europeias lançam-se numa corrida ao interior do continente africano.

A Conferência de Berlim fez germinar em Portugal o sonho do mapa cor-de-rosa, que encontra os seus primórdios no início do reinado de Filipe I quando Domingos Abreu e Brito tinha defendido como uma das razões para não se abandonar Angola, a probabilidade de ligação rápida á contra-costa.

Este “sonho” chocava com os interesses britânicos, que pretendiam ligar o Cabo ao Cairo, e daí resultou o *ultimatum inglês* de 1890. O “direito da força” tinha-se sobreposto definitivamente à “força do direito”.

As "Campanhas de Pacificação", como foram na altura chamadas as campanhas militares portuguesas, levaram à submissão dos povos nativos de Moçambique que por um lado não aceitavam ser colonizados e, por outro lado, queriam tirar partido de discussões territoriais sobretudo entre Portugal e outros países colonizadores.

No sul de Moçambique o principal obstáculo era o vasto Império de Gaza, governado pelo Régulo Vátua Ngungunyani, também conhecido por o “Leão de Gaza”. No ano de 1894, Ngungunyani, desfrutando de uma relativa independência e apoiado por forças estrangeiras criava um clima de insegurança em todo o distrito de Lourenço Marques chegando mesmo a atacar a cidade.

A opção militar, através das forças expedicionárias, acabou por se impor e coube inicialmente a António Ennes e, numa segunda fase, a Mouzinho de Albuquerque, ambos ajudados por uma geração de africanistas alicerçar o domínio português em Moçambique.

No período das Campanhas de Moçambique, o Governo português desencadeou um conjunto de acções de âmbito militar que levaram a derrocada do Império de Gaza, mas

também desencadeou diversas acções administrativas, de investigação e de delimitação de fronteiras, de melhoria de infra-estruturas, comunicações e comércio, que foram decisivas porque foram elas que criaram um Moçambique unido, do Rovuma ao Maputo.

O trabalho que se apresenta pretende contribuir, ainda que de uma forma humilde, para o melhor conhecimento destas campanhas de pacificação. Eventualmente, poder-se-á questionar sobre a importância e pertinência actual do tema, no entanto, partilho da opinião que a preservação da história forja a identidade de um povo e é garante da unidade nacional, fruto de origens, raízes e interesses comuns.

Neste tema, irei fazer uma caracterização da forma de actuação e organização das forças militares que protagonizaram as designadas “Campanhas de pacificação e de ocupação efectiva”, com características e doutrinas tácticas muito próprias e inéditas. Não devemos cair na tentação de pensar que o evoluir das técnicas e tácticas de combate podem servir de desculpa para esquecer as lições apreendidas no passado.

O objectivo deste trabalho é caracterizar as operações militares, procurando fazer uma análise crítica sobre os resultados obtidos, a luz da situação política internacional e da doutrina vigente, referindo os pontos fracos e os mais destacados.

Reflectir, eventualmente, sobre uma comparação entre as campanhas de Moçambique e as campanhas efectuadas pelos Ingleses contra os Zulus, encontrando características comuns e dimensões justificadoras dos resultados alcançados. Contudo, não podemos deixar de reflectir ou fazer referência ao lado moçambicano, relativamente ao impacto destas campanhas de pacificação.

Devido ao espaço destinado a este trabalho, apenas nos debruçamos sobre as campanhas militares mais importantes de 1895, em que tropas portuguesas se debateram contra forças vátuas em Moçambique na segunda metade do século XIX.

Contudo, a já extensa bibliografia existente sobre o assunto, aliada a inexperiência em elaborar uma monografia, é um desafio que face ao tempo disponível para realizar este projecto julgo escasso para produzir algo de muito pertinente. Não seria de certeza por falta de informação, mas precisamente pelo excesso desta, uma vez que é difícil dizer algo quando já quase tudo foi dito.

Assim, é meu desígnio, numa primeira fase, fazer uma análise comparativa relativamente as tácticas, técnicas e armamento empregues pelas forças em presença. Numa segunda

fase, fazer uma análise crítica dos acontecimentos que tiveram lugar nos principais combates, nomeadamente: Marracuene, Magul, Coolela e Chaimite; procurando sempre trazer dados e registos de ambos os lados intervenientes.

A metodologia aplicada na elaboração do presente trabalho está assente exclusivamente na análise documental, nomeadamente: fontes primárias (decretos, relatórios e mapas originais existentes), bibliografia, publicações e artigos editados. Porém, a informação existente é extensa, sendo alguns assuntos transversais a quem estude a época.

Para desenvolver o estudo e conduzir a investigação, levantamos a seguinte questão principal:

Quais as formas de actuação e as tácticas utilizadas pelas forças portuguesas e pelas forças vátuas, e como foram determinantes para a conclusão do conflito?

Perante esta questão central, de igual forma, foram levantadas as seguintes questões derivadas:

- Qual foi o impacto resultante da Conferencia de Berlim e do Ultimatum Inglês?
- Quais foram as influências das potências europeias no conflito?
- Qual a dimensão e importância dos poderes locais, nomeadamente do Império de Gaza?
- Quais as relações entre Portugal e os poderes africanos?
- Como estavam organizadas as forças expedicionárias portuguesas?
- Quais os procedimentos e os equipamentos utilizados pelos vátuas?
- Quais as técnicas, tácticas e armamento de ambas as partes?

O conteúdo deste trabalho de investigação aplicada está estruturado em introdução, cinco capítulos e conclusões.

No primeiro capítulo é feito um enquadramento internacional das potências europeias sobre a questão da Conferência de Berlim, relativamente as alterações que esta provou na política internacional e por conseguinte a corrida à África.

Trata-se também da questão do sonho transcontinental português, ou seja, o “mapa cor-de-rosa” e do *Ultimatum Inglês*, consequência directa da Conferência de Berlim, e ainda dos

subsequentes tratados assinados entre Portugal e Inglaterra, relativamente a delimitação das esferas de influência dos dois países.

O segundo capítulo versa exclusivamente sobre as principais figuras intervenientes nas campanhas de Moçambique, fazendo-se uma síntese biográfica dos portugueses que conceberam o projecto político e traçaram a estratégia militar para o arranque da campanha. Neste capítulo é também feita uma síntese biográfica do Imperador de um dos poderes africanos mais vigorosos da África Austral, o Imperador dos Vátuas.

No terceiro capítulo aborda-se essencialmente as tradições guerreiras dos vátuas, primeiro fazendo uma análise a organização político-administrativa e militar do Império, e posteriormente um estudo sobre a organização militar, analisando as tácticas, técnicas e armamento utilizados pelos seus Exércitos.

O quarto capítulo incide sobre a organização militar portuguesa, as tácticas e técnicas adoptadas pelas forças expedicionárias e o respectivo armamento, deste a sua evolução até a sua utilização nas campanhas.

No quinto capítulo faz-se alusão aos principais combates que ocorreram durante as campanhas de Moçambique em 1895, tendo por base os dois anteriores capítulos.

Por ultimo, terminamos apresentando as considerações finais que a elaboração da dissertação nos fez chegar, destacando os aspectos mais relevantes.

## **CAPÍTULO 1 – Enquadramento Internacional – As potências europeias em África.**

### **1.1 A Conferência de Berlim**

As potências europeias que ambicionavam “espaço vital”<sup>1</sup>, não cessavam de insistir pela realização de um acordo internacional, que fixasse princípios sobre a partilha das regiões africanas ainda não ocupadas, e definisse os limites entre territórios colonizados pelos diversos Estados, por forma a evitar conflitos de jurisdição, que possivelmente viessem a degenerar em lamentáveis lutas armadas. Com esse objectivo oficial, Otto Bismark<sup>2</sup> convocou a Conferência de Berlim<sup>3</sup>, que iniciou a 15 de Novembro de 1884 e terminou a 26 de Fevereiro de 1885, onde se reuniram delegados de catorze nações.

Esta conferência é o marco da corrida a África, visto que nela foram definidas as regras para as potências que pretendiam uma ocupação efectiva em África, nomeadamente:

- Abolição dos direitos históricos
- Ocupação efectiva
- Liberdade de navegação e comércio nos rios
- Liberdade de religião

O Estado Independente do Congo foi nela reconhecido como propriedade pessoal de Leopoldo II, e doado à Bélgica.

Da conferência de Berlim, duas resoluções tomadas interessavam especialmente a Portugal. Uma era, a declaração da neutralidade da bandeira, e liberdade de comércio na baía do Congo, no território que veio a formar-se o Estado Independente do Congo. A outra era, a chamada doutrina de “efectivação de posse”, isto é, a aprovação do princípio de que toda a potência que adquirisse novos territórios em África, contraía a obrigação de manter neles a autoridade suficiente para garantia da paz, da liberdade de comércio e dos direitos individuais. Portando, é após a conferência de Berlim, que as potências coloniais

---

<sup>1</sup> Conceito concebido pelo alemão Friedrich Ratzel, como sendo o espaço necessário para a expansão territorial de um determinado povo dominante, na altura, o alemão. Seria o espaço onde as necessidades, relativas à projecção territorial, recursos minerais, etc, desse povo seriam realizadas.

<sup>2</sup> Otto Eduardo Leopoldo Bismarck (1815-1898). Militar, político e estadista prussiano, o principal fundador da unidade alemã. Em Setembro 1865 recebeu o título de conde. Conduziu as negociações com os Estados do Sul para fundar o império alemão, proclamado a 18.01.1871 após vencida a França. Nesse ano foi nomeado chanceler do império, e depois príncipe. Em 1883 formava-se a tripla aliança (Alemanha, Áustria e Itália). O seu empenho em fazer da Alemanha uma potência colonial deu em resultado a Conferência de Berlim, prejudicial aos interesses de Portugal.

<sup>3</sup> Vide em Anexo A, imagem da Conferência de Berlim.

acordam a partilha de África, e onde o direito de posse fica subordinado à ocupação e administração efectivas dos territórios.

Esta resolução teve como consequência por parte do governo português, o fortalecimento da ocupação efectiva na Província de Moçambique<sup>4</sup>, que na altura era a mais cobiçada das colónias portuguesas, pelo magnífico porto de Lourenço Marques e pela sua incomparável posição estratégica. No entanto, diminutas eram as forças portuguesas para tentarem realizar, em toda a província, a ocupação militar, primeira fase indispensável do domínio efectivo, visto que, os distritos do sul, até então, estavam nas mãos dos Vátuas e do seu imperador Ngungunyani.

De referir que, nessa época, a presença portuguesa em África se restringia a poucos pontos do litoral, num conjunto de escassos milhares de europeus, que em Moçambique só faziam sentir a sua presença mais para o interior do vale do Zambeze. Assim, numa primeira fase o governo português tratou de estabelecer com Ngungunyani uma política de entendimento, que permitisse adiar para melhor oportunidade a submissão dos aguerridos Vátuas. Isto se conseguiu por meio de um convénio com o régulo Ngungunyani, em que se estabelecia um embaixada junto do seu kraal<sup>5</sup>. Porém, os portugueses mais lúcidos não duvidavam que para a ocupação efectiva de Moçambique se concretizar, era necessário a destruição do Império Vátua.

O conflito aberto entre Portugal e Inglaterra relativamente aos territórios da Província de Moçambique, só viria a ser encerrado pelo tratado de 11 de Junho de 1891, em condições bem desfavoráveis para Portugal. Este período divide-se em duas fases, cujo ritmo é determinado pelo crescimento da potência mineira sul-africana (British South Africa Company), que tornando-se num poder supranacional, acaba por ditar as decisões do próprio Governo britânico.

A primeira fase, vai de 11 de Janeiro a 20 de Agosto de 1890, caracteriza-se principalmente pelas ambíguas negociações luso-britânicas, tendo por pano de fundo as movimentações no terreno do Zumbo e do Chire, ou seja, nas ricas regiões auríferas de

---

<sup>4</sup> A província de Moçambique estava delimitada de harmonia com os tratados de 30 de Dezembro de 1886 celebrado com a Alemanha e de 11 de Junho de 1891 com a Inglaterra. Situava-se na vertente oriental do planalto central africano, entre os paralelo 10° e 27° de latitude sul, com largura de 50 a 1130 km, limitado a norte pela África Oriental Alemã, a Oeste e sul pelos territórios britânicos e a Este pelo Oceano Índico. É em extensão territorial a segunda maior colónia portuguesa, abrangendo uma superfície de 763000 km<sup>2</sup>, com um litoral bastante recortado de cerca de 2300 km de extensão, perto de nove vezes a superfície da metrópole.

<sup>5</sup> Vide em Anexo B, imagem ilustrativa do Kraal

Manica. A segunda fase, de 20 de Agosto de 1890 a 11 de Junho de 1891, é a fase surpreendente em que a British South Africa Company, firmemente apoiada pelo Governo britânico, leva triunfalmente de vencida todos os seus adversários, com a delimitação das fronteiras entre Moçambique e Rodésia do Sul a seu favor.

## **1.2 O “mapa cor-de-rosa”, o desfazer de um sonho**

A conferência de Berlim simboliza o tiro de largada à corrida à África, e Moçambique na altura era a colónia portuguesa mais cobiçada pela Grã-Bretanha e pela Alemanha. Assim, após a conferência de Berlim surgem dois grandes projectos, nomeadamente: o português, de unir Angola a Moçambique, e o britânico, de unir o Cairo ao Cabo, mas que por sua vez eram incompatíveis.

Portanto, debatia-se naquele período, entre os governos português e britânico, a questão da baía de Lourenço Marques, litígio que o presidente francês, o Marechal Mac-Mahon<sup>6</sup>, com o seu justo espírito militar, resolveu por sua sentença arbitral, lavrada em 24 de Julho de 1875, a favor de Portugal, fixando o limite sul de província portuguesa tal como fora reconhecido em 1869, no tratado assinado com a vizinha República Bóer, em que Lourenço Marques era incluída no domínio português. Por outra parte, assinou o governo português, em 1886, com a Alemanha, um tratado de limites, em que se fixava no rio Rovuma a fronteira norte da província de Moçambique.

No entanto, João de Andrade e Corvo, ministro da Marinha e Ultramar, exercia a actividade no sentido de iniciar a ocupação efectiva das colónias. No campo diplomático, procurava o ministro alcançar um acordo directo entre as nações colonizadoras, nomeadamente com a Grã-bretanha, quanto a limites da sua expansão. No campo prático, Andrade Corvo organizou as primeiras expedições que procuravam ligar as duas costas de África, as chamadas “missões técnicas de obras públicas” enviadas a Angola e Moçambique. Contudo, foi depois de 1877 que se organizaram as viagens de exploração através de África. Desses estudos e viagens nasceu o célebre “mapa cor-de-rosa”<sup>7</sup>,

---

<sup>6</sup> Edne Patrice Maurice Mac-Mahon (1808-1893) foi duque de Magenta, Marechal de França e político francês. Sai de Saint-Cyr em 1827 e participa nas campanhas da Argélia. Evidenciou-se durante as guerras da Crimeia (8 de Setembro de 1855) e em Itália, onde após a vitória de Magenta (4 de Junho de 1859), recebe a patente de Marechal e o título de duque. Foi governador da Argélia (1864-1870). Apesar de monarquista, em 1873 aceita o lugar de Presidente da República, e em 1979 acaba por renunciar ao cargo devido a problemas com o governo.

<sup>7</sup> Vide em Anexo C, imagens do “mapa cor-de-rosa”.

designação por que ficou conhecido o sonhado projecto de ligação das duas colónias, Angola e Moçambique, através do continente africano, ligação esta que Portugal pensava criar uma espécie de novo Brasil banhado por dois oceanos, Pacífico e Índico.

O “mapa cor-de-rosa”, apresentado em 1881 pela Sociedade de Geografia de Lisboa, exigia recursos financeiros, técnicos e humanos muito para além dos disponíveis. Este projecto em breve se anulava, devido, por um lado a pacífica infiltração britânica, primeiro, pelos missionários, depois pelos comerciantes e prospectores de minas no alto Chire, na região do Lago Niassa, por outro lado, devido as invasões no sul levadas a cabo por Cecil Rhodes<sup>8</sup>, que através dos territórios portugueses de Manica, procurava estabelecer o contacto e a ligação com aquelas missões do Niassa.

Cecil Rhodes, um dos fundadores e proprietário da British South Africa Company, elegeu a região de Gaza e o porto de Lourenço Marques como pontos estratégicos para o escoamento das matérias-primas do Transvaal. Assim, Portugal avança com uma série de expedições que procuram ocupar e pacificar o interior africano, porém, segundo o governo britânico essas expedições não garantem uma ocupação efectiva, e associado aos vários incidentes, tudo se conjugou para que fosse inevitavelmente rasgado o “mapa cor-de-rosa”.

### **1.3 A postura de Portugal perante o Ultimatum Inglês de 1890**

Enquanto entre os governos português e britânico se discutia a posse dos territórios de Oeste e Noroeste da Província, apareceram outras complicações em Moçambique, causadas pelas insólitas actividades de Cecil Rhodes, que com as suas incursões armadas às regiões em litígio, ia animando o governo de Londres.

A tensão existente entre as duas nações ficou ainda mais agravada quando, em Londres em 1889, foi criada a British South Africa Company<sup>9</sup>, companhia com poderes majestáticos

---

<sup>8</sup> Cecil John Rhodes (05.07.1853-26.03.1902) político e colonizador inglês, empresário e primeiro-ministro da colónia da África do Sul. Rhodes acreditava ardentemente no colonialismo e imperialismo, e foi o fundador do estado da Rodésia, que teve o seu nome após a sua criação. Tinha o sonho de construir o caminho-de-ferro para ligar o Cairo, no Egipto, ao Cabo, na África do Sul. Foi um dos fundadores da companhia De Beers, que actualmente detém a maioria do mercado mundial de diamantes.

<sup>9</sup> British South Africa Company (BSAC), em português Companhia Britânica da África do Sul (CBAS), foi uma empresa criada por Cecil Rhodes em 1887 através da fusão da Central Gold Search Association e da Exploring Company, Ltd. A empresa recebeu a 15 de Outubro de 1889 aprovação e privilégios da coroa britânica. A companhia nasceu no contexto da corrida à África na sequência da conferência de Berlim. Em 1965, após várias adversidades, o que restou da empresa foi absorvido pela empresa mista britânica, norte-americana e sul-africana Anglo American plc.

cujos agentes em África provocavam incidentes desagradáveis com os postos militares de fronteira e autoridades portuguesas.

De todos esses incidentes, o que foi particularmente mais grave, foi efectuado contra uma missão portuguesa no Alto Chire, que veio a resultar na campanha do Chire, comanda por Serpa Pinto, servindo de pretexto ao governo britânico para protestar, alegando que os nativos abatidos pelos portugueses eram vassallos da Inglaterra, e que Serpa Pinto tinha invadido o território britânico e insultado a bandeira britânica.

“A nota violenta daquele governo, respondeu o governo português insistindo pela arbitragem, mas Lord Salisbury, primeiro-ministro, enviou como réplica a nota de 10 de Janeiro de 1890, em que se exigia a retirada imediata das forças e autoridades portuguesas das regiões em litígio. Perante nova tentativa do governo português para o recurso de arbitragem, surgiu o célebre *ultimatum* de 11 de Janeiro, impondo a imediata evacuação de Machona e dos territórios do Chire, sob pena de começar o estado de guerra (...)”<sup>10</sup>.

Deste modo, e devido ao estado deficitário das suas forças armadas tanto marítimas como terrestres, o governo português nada pôde fazer, nem sequer as potências signatárias da conferência de Berlim se dispuseram a intervir, não obstante ser obrigatório, segundo um dos artigos da conferência.

“Assim, este governo teve que ceder, embora exarando o seu protesto contra a violência a que forçadamente se submetia. Por fim foi negociado um tratado de fronteiras, em Agosto de 1890, tratado que, tendo tido um acolhimento absolutamente desfavorável no País e na própria Inglaterra, foi substituído por um *modus vivendi* que equivalia ao reconhecimento do facto consumado: a rotura definitiva do “mapa cor-de-rosa”...o desfazer de um sonho!”<sup>11</sup>.

#### **1.4 Da Convenção de 20 de Agosto de 1890 ao Tratado de 11 de Junho de 1891**

A seguir ao *ultimatum inglês* tiveram lugar as negociações que visavam resolver as questões dos limites fronteiriços da Província de Moçambique.<sup>12</sup> Assim, em atropelo a sonhada ligação entre Angola e Moçambique por parte de Portugal, lutavam visivelmente os ingleses para a concretização do sonho da British South Africa Company, de ligar o

---

<sup>10</sup> Martins, Ferreira, *História do Exército Português*, 1945, p. 419

<sup>11</sup> *Ibid*, p.420

<sup>12</sup> Vide em Anexo D, o mapa de Moçambique.

Cabo ao Cairo. Firma-se então em Londres, o tratado assinado em 20 de Agosto de 1890 pelos representantes de Portugal e de Inglaterra, respectivamente Barjona de Freitas e Marquês de Salisbury, que definia os limites da África Oriental Portuguesa.

Este tratado põe fim ao projecto transcontinental português e estabelece as seguintes cláusulas:

- Reconhecimento de liberdade de navegação no Zambeze e no Chire.
- Portugal goza de direitos de trânsitos e telégrafos num corredor de vinte milhas de largura situado a norte do Zambeze e que deveria ligar Moçambique a Angola.
- Portugal deveria construir um caminho-de-ferro para ligar a Rodésia ao Índico.
- Permitir e facilitar a livre passagem entre a esfera britânica e a baía do Pungue.
- Compromisso de não efectuar novos tratados de vassalagem com régulos africanos até que se estabelecesse a limitação definitiva das fronteiras.
- As possessões portuguesas definidas pelo tratado não poderiam ser cedidas a terceiros sem o consentimento da Inglaterra.

O texto da Convenção de 20 de Agosto desencadeia grande protesto em Portugal, particularmente no campo da oposição republicana e progressista. O Governo consciente da situação tenta que a ratificação se faça com toda a urgência. No entanto no terreno os homens de Cecil Rhodes continuam a fazer incursões em Moçambique, facto que levou Barbosa du Bocage, a 23 de Outubro, a enviar uma proposta de condições para o estabelecimento de um *modus vivendi* a vigorar até à solução definitiva do conflito.

O *modus vivendi* tinha por base as seguintes cláusulas:

- A aceitação por parte de Portugal da liberdade de navegação no Zambeze, no Chire e no Pungue;
- Facilitar e permitir comunicações (postais, telegráficas e de transportes) entre os portos portugueses de Moçambique e a esfera de influência britânica;
- A conservação do *status quo* no que refere à delimitação territorial de 20 de Agosto.

O *modus vivendi* é assinado a 14 de Novembro, para vigorar durante seis meses, até que se chegasse às conclusões finais através de um novo tratado. Entretanto, estando o *modus*

*vivendi* a terminar, não havia dúvidas de que Cecil Rhodes lançaria uma ofensiva geral nos territórios de Moçambique, assim, Portugal consegue nas vésperas do seu termo, estabelecer um Convénio Luso-Britânico, a 14 de Maio, no qual se prorrogava por mais um mês o *modus vivendi*. Contudo, terminado o prazo do *modus vivendi* e após negociações, chega-se aos termos definitivos do tratado que foi assinado em Lisboa a 11 de Junho de 1891<sup>13</sup>. As bases principais desse tratado eram a exclusão da esfera de influência portuguesa dos territórios do Niassa, Chire e uma grande parte do planalto de Manica, que compreendiam ricas regiões auríferas, avançando assim a zona de influência inglesa para leste em considerável extensão.

A navegação no Zambeze e no Chire e em todas as suas ramificações passava a ser completamente livre para os navios de todas as nacionalidades. Portugal deveria construir estradas, cais, portos e conceder todas as facilidades para a construção, pela Inglaterra, de todas as vias de comunicação. Os impostos de trânsito às mercadorias importadas ou exportadas para a zona de influência não poderiam exceder os 3%. Portugal ficava com os portos de Lourenço Marques e Beira que, apesar de muito lucrativos para a colónia, deixavam no entanto a economia moçambicana em dependência directa da economia da África do Sul e das Rodésias. A BSAC ficou com os territórios que formariam a Rodésia do Sul e Rodésia do Norte.

As restantes cláusulas do tratado de 20 de Agosto de 1890 são repetidas neste tratado de 11 de Junho de 1891, com excepção da alternativa da linha de fronteira ao norte do Zambeze, que implicou a perda das regiões auríferas do planalto de Manica em troca de uma zona maior, mas bem menos valiosa.

O tratado de 11 de Junho põe termo, definitivamente, aos sonhos transcontinentais portugueses e impõe graves limitações à sua liberdade de exploração económica dos territórios que lhe restam. A opinião generalizada era de que, se o tratado de Agosto de 1890 era mau, o novo ainda era pior, contudo, ainda assim o tratado foi acolhido com um misto de apatia e alívio. Isto ficou a dever-se aos acontecimentos militares e políticos ocorridos nos meses que intermediaram os dois tratados, assim como à crise económica que abalou o país, tornando-se crucial a necessidade de uma rápida resolução.

---

<sup>13</sup> Vide em Anexo E, o Tratado de 11 de Junho de 1891.

## CAPÍTULO 2 – Os principais protagonistas das Campanhas de Moçambique.

No período em que decorrem as campanhas de pacificação de Moçambique e após a conferência de Berlim, aparece um variadíssimo leque de personalidades portuguesas, civis e militares, que estavam dispostas a concretizar a ocupação efectiva da província de Moçambique, ao tempo a mais cobiçada das colónias por outras potências europeias. Esses indivíduos conceberam o projecto político, traçaram a estratégia militar e providenciaram os apoios logísticos necessários para o arranque da campanha.

No entanto, os portugueses mais lúcidos não duvidavam que para a ocupação efectiva de Moçambique se concretizar, era necessário a destruição de um dos poderes africanos mais poderosos da década de 1890, o Império Vátua, governado por Ngungunyani, que comandava mais de sessenta mil guerreiros numa extensão de novecentos quilómetros, que compreendia o território situado entre os rios Zambeze e Incomati e entre o oceano Índico e o curso superior do rio Save. Convém, portanto, fazer uma síntese biográfica das principais figuras que fizeram parte das campanhas de pacificação de Moçambique em 1895 e do régulo do Império Vátua.

### 2.1 António Ennes, o estratega colonial

António José Ennes<sup>14</sup>, nasceu a 15 de Agosto de 1848, em Lisboa vindo a falecer no dia 06 de Agosto de 1901, em Queluz. Fez os seus primeiros estudos no colégio dos padres lazaristas, sendo que, depois ingressou no liceu e formou-se com Curso Superior de Letras, o qual completou com elevada distinção. Foi político, jornalista, escritor, e administrador colonial português, tendo-se destacado no sul de Moçambique onde exerceu as funções de Comissário Régio. Logo após ao *ultimatum inglês* de 1890, foi nomeado Ministro da Marinha e Ultramar, no governo presidido pelo general João Crisóstomo de Abreu e Sousa. No ano de 1891, após o tratado de 11 de Junho, esteve em Moçambique para negociar as fronteiras com os ingleses e posteriormente para criar a Companhia de Moçambique.

António Ennes desenvolveu o projecto político, traçou e organizou a estratégia militar, mobilizou e dirigiu tanto a nível estratégico como logístico e político as campanhas de pacificação e ocupação efectiva de Moçambique. No final de 1894 foi nomeado Comissário Régio em Moçambique, onde deu provas de saber e competência, sendo que,

---

<sup>14</sup> Vide em Anexo F, retrato de António Ennes.

foi o principal organizador da expedição de Mouzinho de Albuquerque contra o Império de Gaza e Ngungunyani. Sendo o cérebro das campanhas, desde cedo juntou-se a um conjunto de oficiais da sua geração, que em 1895 iniciaram uma nova prática militar em África e que ficaram conhecidos como os africanistas.

A 10 de Janeiro de 1895 desembarcou na Ilha de Moçambique para tomar posse e, desde cedo traçou um objectivo próximo e não muito ambicioso contra Ngungunyani, que era a ocupação de Marracuene, pelo seu valor tático de controlar o rio Incomáti. O seu objectivo a longo prazo era uma campanha completa de pacificação contra Ngungunyani, que visava aniquilar o poderio Vátua, quer por submissão seguida de ocupação militar de Gaza, quer pelo aprisionamento ou aniquilação do Imperador.

Foi ele que elaborou o plano de operações contra Marracuene, e posteriormente o plano de operações para convergir sobre Mandlakazi com duas colunas, a do sul e a do norte respectivamente, cuja vitória Ennes via como fundamental. António Ennes, tendo desempenhado o cargo de Comissário Régio num período de grande excitação nacional, derivado da conjuntura internacional do momento, soube de forma árdua manter o equilíbrio interno e externo, quando organizou a expedição militar a Moçambique, que visava fazer face a crescente proximidade entre Ngungunyani e os interesses britânicos.

“Afim, António Ennes, defensor da ideia de atrair capitais estrangeiros a Moçambique, pouca vantagem retirou da criação das companhias de Moçambique e do Niassa. A sua acção fora quase exclusivamente militar, e a ele, civil, se deveu o lançamento da nova escola da prestigiosa «Tropa de África»”.<sup>15</sup>

## **2.2 Mouzinho de Albuquerque, um templário em África**

O nome de Mouzinho de Albuquerque está para todo o sempre indelevelmente ligado a História de Moçambique, porque, de entre todos os portugueses que pisaram o solo moçambicano foi o maior pela sua coragem, pela audácia, pela força da persuasão, pela energia de comando e pelo espírito de sacrifício e abnegação. Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque<sup>16</sup> nasceu na Quinta da Várzea, concelho da Batalha, distrito de Leiria, a 11 de Novembro de 1855, e morreu em Lisboa a 08 de Janeiro de 1902.

---

<sup>15</sup> Bessa, Carlos, *Moçambique. Ocupação Efectiva Peculiar*, 2004, p.299

<sup>16</sup> Vide em Anexo G, retrato de Mouzinho de Albuquerque.

“Foi major de cavalaria, governador-geral e comissário régio da província de Moçambique, oficial-mor da casa real, ajudante de campo do rei D. Carlos e aio do príncipe real D. Luís Filipe de Bragança”.<sup>17</sup>

Mouzinho é nomeado governador do distrito de Lourenço Marques em 10 de Julho de 1890, tendo sido promovido a capitão nesse mesmo ano. Deixou o cargo em 21 de Abril de 1892, e regressa à Lisboa apresentando-se no Ministério da Guerra. Em 01 de Dezembro de 1894, é colocado no Regimento de Lanceiros, em Elvas, para comandar um Esquadrão de Lanceiros, que tinha como destino Lourenço Marques. Embarca com esse mesmo Esquadrão de Lanceiros, a 22 de Abril de 1895, para Moçambique, afim de se juntar às forças expedicionárias. É nessa condição que acompanha as operações planeadas contra o Império Vátua, a partir de Junho de 1895, integrado na coluna do norte, destinada a às operações em Inhambane, em coordenação com a coluna do sul, que operou no distrito de Lourenço Marques.

Mouzinho de Albuquerque ficou conhecido pelas suas superiores qualidades como militar e pelo seu quase fanatismo pela arma a que servia. Depois do combate de Coolela, o comissário régio António Ennes regressa a Portugal, após criar o distrito militar de Gaza e nomear Mouzinho de Albuquerque seu governador. Seria nesta condição que Mouzinho na campanha contra Ngungunyani realiza a 28 de Dezembro de 1895, o assombroso golpe de Chaimite, apoiado por poucas dezenas de europeus e algumas centenas de auxiliares, entra no Kraal de Ngungunyani e prende o Imperador dos Vátuas, protegido por três mil dos seus guerreiros.

Após o êxito militar de Chaimite, Mouzinho é nomeado Governador-Geral de Moçambique a 13 de Março de 1896, cargo a que tomou posse a 21 Maio de 1896. No mesmo ano, em 27 de Novembro de 1896, é nomeado Comissário Régio e promovido com distinção a Major. Regressa a Lisboa no dia 15 de Dezembro de 1897, sendo recebido pelo próprio Rei D. Carlos e consagrado herói nacional pelo país inteiro.

Depois de comandar, durante os anos de 1896 e 1897, as Campanhas dos Namarrais, Mouzinho de Albuquerque partiu para a Metrópole, em 18 de Novembro de 1897, com o intuito de resolver, pessoalmente, com o governo de Lisboa questões relacionadas com a administração e o desenvolvimento económico da colónia de Moçambique, nomeadamente a concessão de um empréstimo que lhe permitisse proceder a algumas reformas.

---

<sup>17</sup> AAVV, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume IX, Lisboa, p. 45

A 22 de Abril de 1898, sem levar qualquer resultado prático da sua presença na Metrópole regressou a Moçambique. Em Julho do ano de 1898, Mouzinho de Albuquerque, recebe finalmente a notícia de que tinha sido concedido o tão esperado empréstimo, principal motivo da viagem que fizera à Metrópole três meses antes. No entanto, no mesmo dia, recebeu a informação, pela qual tinha sido decidido, a 07 de Julho, o fim das suas funções como comissário régio, o que o levou a apresentar, de imediato, a sua demissão, aceite pelo Presidente do Conselho, José Luciano de Castro, a 19 de Julho.

Mouzinho de Albuquerque voltou, então, a Lisboa sem ter realizado aquilo a que se tinha proposto, apesar de ter conseguido implementar algumas obras de fomento, bem como um importante impulso às receitas públicas. A sua posição crítica face à política e aos políticos da sua época foi determinante no lançamento de uma campanha contra a sua pessoa. Incapaz, pela sua própria formação militar rígida e pelo feitio orgulhoso, de resistir ao clima de intriga de indecisão política e de decadência em que a monarquia o agonizava, Mouzinho prepara minuciosamente a sua morte, suicidando-se no interior de um "coupé", no dia 8 de Janeiro de 1902.

### **2.3 Ngungunyani, o “ Leão de Gaza”**

Ngungunyani Nqumayu<sup>18</sup> nasceu sem dúvida no sul de Moçambique, na região de Gaza mais especificamente em Chaimite, entre o rio Zambeze e o rio Incomati, por volta de 1845-1850<sup>19</sup>, quando o seu pai ainda nem podia sonhar em ser rei. Era filho de Muzila, rei de Gaza de 1861 a 1884, filho e sucessor de Sochangani (Manukusi Nqumayu) o invasor vindo da Zululândia, e de Yoziyo (sua mãe biológica), substituída, após a sua morte, por Umpibekeçana. Ngungunyani teve como nome de infância o de Mundugazi, que quer dizer destruidor do país, porque os seus primeiros dentes nasceram-lhe no maxilar superior, ao contrário do costume. O príncipe, enquanto jovem, foi provavelmente incorporado nos Regimentos do Exército e participava em exercícios militares, como era tradição.

---

<sup>18</sup> Vide em Anexo H-1, retrato de Ngungunyani.

<sup>19</sup> A indicação da data de nascimento baseia-se em pelo menos quatro estimativas: 1ª do medico suíço G.L. Liengme que estimava que em 1892 tinha cerca de 40 a 45 anos (Liengme 1901: 102), 2ª de Marques Geraldês que já em 1887 tinha indicada uma idade por volta de 40 anos, 3ª estimativa da sua idade no certificado de óbito, em 1906, cerca de 60 anos (cf. Toscano & Quintinha 1935, vol. 2:163-169), e segundo o qual em 1861 teria sido um garoto de 15 anos (ibid.p 303), 4ª estimativa de Guerra 1896:41 para 1895-6: “O Gungunhana tem perto 50 anos”.

Em 1884, após a morte de seu pai Muzila, a sucessão ao trono é disputada por três dos seus filhos: Mafemane, o primogénito, Mudungazi, filho da sua preferida, e Como-Como. Mundugazi assume o governo e mudou de nome para Ngungunyani<sup>20</sup>, após ter mandado assassinar o seu irmão Mafemane que devia ser o sucessor de Muzila, enquanto que Como-Como foge para o Transvaal.

Segundo F. Toscano: “*Porque, de facto, era Mafemane e não o Gungunhana, quem tinha o direito a suceder ao Muzila, segundo os uso dos Vátuas e pelas seguintes razões: Fusi, a mulher grande de Muzila – N’Kossicane – era mãe de Mafemane: Lozio, segunda mulher de Muzila, era mãe de Gungunhana.*”<sup>21</sup>

Assim, depois da morte de Muzila, Ngungunyani ascende ao poder e transfere a capital do Império de Chaimite para Mandlakazi, começando deste modo, em 1884 o quarto e último reinado do Império, que durou 11 anos. O Imperador de Gaza tinha o seu domicílio em Mandlakazi, capital de Gaza, desde 1884 até 10 de Novembro de 1895, quando mudou-se para Chaimite, onde foi feito prisioneiro por Mouzinho de Albuquerque, em 28 de Dezembro de 1895. É então exilado para Portugal com sete das suas rainhas: Namatuco, Machacha, Patihina, Xisipe, Fussi, Muzamussi e Dabondi; Godide, seu filho primogénito; o régulo Matibejane e as suas três mulheres; o régulo Zixaxa; Molungo, tio de Ngungunyani; e Gó, o cozinheiro do imperador.<sup>22</sup>

Em Portugal, permaneceu no forte de Monsanto em Lisboa de 13 Março a 22 de Junho de 1896, sendo daí transferido para o forte de S. João Baptista, em Angra do Heroísmo na Ilha Terceira, nos Açores<sup>23</sup>, onde acabou por falecer em 23 de Dezembro de 1906, vítima de hemorragia cerebral no hospital militar de Angra do Heroísmo. Terá vivido cerca de 56 anos, vindo a ser enterrado no cemitério de Nossa Senhora da Conceição no Arquipélago dos Açores. Em 1895, por ocasião do décimo aniversário da independência de Moçambique, os Presidentes Ramalho Eanes e Samora Machel acordaram a transladação dos restos mortais do Imperador de Gaza. A 15 de Julho, em cerimónia solene devida a um Herói Nacional, a urna de Ngungunyani, fica exposta de início no salão nobre do conselho executivo da capital de Moçambique e, mais tarde, dá entrada na fortaleza de Maputo.

---

<sup>20</sup> Cognome com vários significados. Para uns é "o terrível" ou "o invencível", para outros as grutas do mesmo nome, nas beiras das montanhas de Chirindza em Mussorize, para onde eram lançados vivos os condenados à morte por Manukusi e Muzila.

<sup>21</sup> Toscano e Quintinha, *A derrocada do império Vátua*, 1930, p. 75

<sup>22</sup> Vide em Anexo H-2, imagem de Ngungunyani e suas esposas.

<sup>23</sup> Vide em Anexo I, manuscrito do pedido de autorização para Ngungunyani embarcar para os Açores.

### CAPÍTULO 3 – O Império Vátua e a sua organização militar

#### 3.1 O Império de Gaza, um dos maiores poderes africanos

Quando os primeiros portugueses aparecem na África do Sul existiam três raças principais, que eram a Bushmen, Hottentotes e Bantu. A sua distribuição segundo Gomes da Costa era a seguinte: os bushmen ocupavam principalmente a costa ocidental, do cabo de St<sup>a</sup> Cruz até um pouco a leste do Cabo da Boa Esperança e parte da região central do sul do Save; os Hottentotes ocupavam as partes inferiores dos cursos do Vaal e Modder, e o Orange desde a confluência do Vaal até ao mar; os Bantu possuíam os melhores bocados do actual Basutoland e a costa oriental do Natal ao rio Bashee. A raça predominante na costa ocidental era Bushmen e na oriental a Bantu.<sup>24</sup>

O Império de Gaza surgiu na primeira metade do século XIX, quando o rei Tchaka formou um dos maiores impérios na África Austral, o que provocou uma série de migrações que marcaram toda a região. São as migrações Ngunis.

Segundo Ferreira, foram os Nguni, em expansão dirigidos por Sochangani ou Manukusi Nqumayu que vieram fundar o Império de Gaza ao qual este deu o nome de Gaza, em homenagem a um seu bisavô. Esse Império, na sua máxima extensão, chegou a compreender o território situado entre os rios Zambeze e Incomati e entre o oceano Índico e o curso superior do rio Save da sua inflexão para o norte.<sup>25</sup>

Sochangani (Manukusi Nqumayu), era um chefe guerreiro ao serviço de Tchaka, porém, houve um desentendimento entre ambos e Sochangani decidiu partir com os seus homens de armas. Veio, pois, à frente do seu poderoso Exército da Zululândia para Moçambique, contudo, foi perseguido pelo Exército de Tchaka, contra o qual teve de defrontar-se, o que não lhe permitia fixar-se.

Quando Sochangani invadiu Moçambique, o povo dominante era o Tsonga (ramo da raça Bantu). Os Tsonga (M'chopes, Macuanas, Machengas, Mabalueguas, Mabaloi, Mujao, Machanganas) designavam esses zulus pelo nome de Ungoni ou Vangoni. Os Vangoni fizeram uma profunda revolução nos costumes dos Tsonga, implantando as suas leis, costumes e hábitos.

---

<sup>24</sup> Costa, Gomes da, *Gaza (1897-1898)*, Lisboa, 1899, p.5.

<sup>25</sup> Ferreira, António, *A presença Luso-Asiática e Mutações culturais no sul de Moçambique (até 1900)*, 1982, p.247-248.

No período das suas incursões em 1821, Sochangani atacou e saqueou povoações na zona de Tembe, a sul de Lourenço Marques, marchou de seguida através do vale do Limpopo e ter-se-á fixado, durante alguns anos, na região onde mais tarde fundaria Chaimite, que viria a ser a capital do seu Império.

Em 1834 desloca-se para norte e instala-se em Mussorize por três anos, de onde regressa ao vale do Limpopo e fixa-se definitivamente em Chaimite. Educado na escola feroz e sanguinária de Tchaka, não foi difícil a Sochangani esmagar os povos nativos e fundar o seu grande império com uma superfície então calculada de 56.000 km<sup>2</sup>. O reino teve uma grande extensão, sobretudo nas décadas de 50 e 60, abrangendo todo o Sul do Zambeze, exceptuando Lourenço Marques.

A aparição dos Nguni, segundo Gomes da Costa., mudou por completo o quadro político e económico dos territórios que vieram a constituir o Império de Gaza, criando assim, uma nova estrutura sócio-política.<sup>26</sup> Esta nova estrutura mostrou, que os aristocratas Ngunis eram capazes de governar um vasto território administrativa e militarmente forte, ostentando um grande domínio político.

A manutenção do controlo sobre um território tão vasto, que se estendia do Incomati ao Zambeze, implicava a criação de uma rede administrativa eficaz. Para efeito, a classe dominante aproveitou as estruturas existentes na sociedade Nguni. A organização administrativa obedecia a seguinte estrutura: a terra, que era propriedade do rei, era dividida em zonas de controlo de um Régulo (Hosi) que, por sua vez, as subdividia em partes cada uma administrada por um Chefe (Induna).

O Induna tinha a tarefa de distribuir parte da terra que ele controlava pelos habitantes, constituída por varias famílias, sendo que, cada família formava uma povoação (Muthi), governada por um chefe de família (Valumuzana), que era o elo de ligação com o respectivo Induna e o responsável pela manutenção da ordem, cumprimento dos contratos, impostos e indemnizações. O Hosi era o representante directo do Imperador e geralmente era uma pessoa da mesma linhagem, de origem Nguni ou pessoa de extrema confiança. O Imperador (Hosi le yikulu – chefe máximo) e o Hosi (Mukhulu – chefe local) exerciam o poder legislativo, formulavam todas as leis do regimento. O poder judicial era exercido pelo Induna e os conselhos de anciãos (Madoda). Finalmente, o poder executivo era exercido pelos Valumuzana.

---

<sup>26</sup> Costa, Gomes da, *Gaza (1897-1898)*, 1899, p.61.

### 3.2 A organização militar

Os Vátuas tinham uma organização militar inspirada pela prática Zulu. A população masculina, como era tradição, desde tenra idade era treinada para a guerra.

O Exército do Império Vátua era basicamente constituído pelos Nguni, elementos com uma arte militar bastante reconhecida, resultante da experiência adquirida nas constantes guerras que estes tiveram contra os Zulus em consequência das quais, emigraram para o norte onde vieram fundar o Império de Gaza.

“O exército de Gaza era caracterizado por uma forte disciplina militar, coragem e agressividade excepcionais. Estes valores, segundo a tradição oral, vieram a perder-se em resultado da incorporação no exército de elementos sem nenhuma tradição militar. Mais ainda, o consumo exagerado de bebidas alcoólicas contribuiu bastante para o enfraquecimento da disciplina militar dos Ngunis”.<sup>27</sup>

O Exército de Gaza tinha como papel político principal o seguinte: defender e expandir as fronteiras do Estado, conquistando vizinhos (em particular os régulos do sul, Tsongas e, principalmente, Vacopi) e alimentar o Estado, o monarca e os Nguni por meio da cobrança de tributo no interior do Império.

“Os soldados e mensageiros do rei vivam à custa da população dos territórios por onde eles passavam, exigindo delas tudo aquilo de que necessitavam. O Exército não dispunha de um sistema próprio de abastecimento e o sustento feito pelas populações ser considerado como uma forma de tributação que lhes era imposta”.<sup>28</sup>

Os soldados, que eram treinados dentro de uma educação guerreira e de uma filosofia ofensiva, eram organizados em Regimentos baseados em grupos de idade, os Mabutho, tendo como organização de base as manguas (ou mangas, como eram normalmente chamadas), sendo que, o número de guerreiros variava entre os mil e dois mil homens.

Por sua vez, a manga era constituída por de três mabanjes, que era o conjunto de forças de quatrocentos aos quinhentos homens aguerridos e fortemente armados, com uma frente que variava entre cem a duzentos guerreiros e uma profundidade que rondava nove homens.

No combate de Marracuene, como se pôde constatar, a manga compunha-se por três corpos destinados a atacar por três lados, mas que em marcha seguem-se uns aos outros, tendo

---

<sup>27</sup> Chilengue, Inácio, “CHAYMITI: A Prisão de Ngungunyani”, 1995, p.15

<sup>28</sup> Ibid, p.15

cada corpo uma profundidade de mais ou menos nove homens, presumindo-se que tinha uma frente de cerca de oitenta homens, atendendo a extrema densidade das suas formações e que se devia compor de pouco mais de três mil homens.

A organização militar obedecia à seguinte hierarquia: O grande chefe guerreiro (Induna Mukhulu wa nyimphi), cargo este que no reinado de Ngungunyani era ocupado por Magigwani Khosa, o grande chefe militar e conselheiro do rei, secundado pelos seus cabos de guerra (os ímpis).

### **3.3 Técnicas, táticas e armamento**

As técnicas e táticas do Exército Vátua derivavam fundamentalmente do Império Zulu, sem nenhuma real adaptação à evolução das táticas e armas de fogo que se verificaram nos Exércitos europeus.

Os guerreiros vátuas<sup>29</sup> procuravam em regra o contacto e a luta corpo a corpo, para o qual estavam bem treinados e onde eram considerados excelentes, tendo em vista a destruição das forças inimigas em batalhas campais. Os Vátuas eram guerreiros leais e desassombrados, a emboscada não lhes servia nem sequer a defensiva, o que implicava, frente ao moderno armamento português sofrer inúmeras baixas apesar de estarem em vantagem numérica, por exemplo, em Magul os Portugueses só registraram cinco mortos e vinte e seis feridos, contra mais de quatrocentas baixas.

O Exército Vátua normalmente combatia a peito descoberto, em planícies abertas que lhes proporcionavam velocidade e ímpeto no ataque, actuando em maciço e sempre em acção ofensiva. O ataque normalmente era feito por vagas de mangas, como se comprovou no combate de Magul, onde foram três as vagas dos guerreiros vátuas que atacaram o quadrado português, tendo mesmo um dos chefes de guerra, o corajoso Tope, conseguido chegar a uns cinquenta metros da face do quadrado<sup>30</sup>.

“A formação normal de ataque era conhecida como a “cabeça de búfalo”<sup>31</sup>: uma das mangas formava a testa e atacava o inimigo frontalmente, procurando fixa-lo; duas outras formavam os cornos do búfalo, procurando envolver o inimigo por ambos os flancos; a

---

<sup>29</sup> Vide em Anexo J, retrato de um guerreiro vátua.

<sup>30</sup> Ennes, António, *A Guerra d'África em 1895, 1898*, p.435.

<sup>31</sup> Vide em Anexo K, imagem representativa da tática de “cabeça de búfalo”.

quarta manga, quando existia, formava a reserva, pronta para explorar a vitória ou auxiliar no ponto mais sensível”.<sup>32</sup>

Segundo Ennes, no combate de Magul as forças vátuas fizeram uma marcha de flanco pela esquerda do inimigo, em boa ordem, compassadamente, sempre metidos no capim, e estenderam-se em arco de círculo, ameaçando a retirada para o Incoluana. Operado este movimento envolvente, pararam.<sup>33</sup>

Relativamente ao armamento, os guerreiros vátuas usavam adornos e ostentavam um armamento típico e tradicional, que descendia dos Zulus. Na cabeça usavam capacetes ondulantes com penas de diferentes aves (Xingungu), e na mão esquerda, levavam azagaia curta de arremesso (Xitlango), azagaia de mão, lanças ou machado (Bêmbé). Também levavam, na mão esquerda, um escudo oblongo (Chissango) de pele de boi ou búfalo, endurecida e esticada sobre uma armação de madeira.<sup>34</sup>

Na mão direita, traziam um forte cacete ou arma de fogo de tiro simples, normalmente Martini ou Snider, e nas pernas e nos braços ostentavam rabos de bois ou de búfalo suspensos que serviam de amuleto e de camuflagem já que se confundiam com a vegetação. Era normal, também, alguns guerreiros levarem azagais mais longas, que eram lançadas a algumas dezenas de metros.<sup>35</sup>

As armas de fogo eram muito procuradas, visto que, em número razoável era possível formar grupos de atiradores, que normalmente avançavam à frente das mangas, formando uma linha de atiradores que apoiava a manobra. Todavia, o grande problema das armas de fogo era conseguir munições, porque não haviam ninguém que as fornecesse, e o arsenal existente era muito diversificado.

A maioria dessas espingardas era de sílex, sendo algumas fabricadas ou modificadas localmente de forma improvisada e com alcances úteis até aos cem metros. As espingardas de tiro simples eram normalmente adquiridas através do comércio feito com agentes europeus da British South African Company, por exemplo Ngungunyani recebeu mil espingardas Martini da companhia de Cecil Rhodes, ou eram capturadas a emboscadas feitas a pequenos grupos de soldados portugueses.

---

<sup>32</sup> Telo, António José, *Moçambique 1895 – As Campanhas de Todos os Heróis*, 2004, p.26.

<sup>33</sup> Ennes, António, *A Guerra d’África em 1895*, 1898, p.431.

<sup>34</sup> Vide em Anexo L, armamento tradicional do Exército de Gaza (azagaia e escudo).

<sup>35</sup> Vide em Anexo M, imagens de guerreiros vátuas.

## **CAPÍTULO 4 – A organização e as táticas das forças portuguesas**

### **4.1 Organização das forças portuguesas**

Em 1894 começa o período mais intenso da actividade militar portuguesa em África.

A guarnição militar da Província de Moçambique era constituída por tropas privativas da capital (então a cidade de Moçambique) e dos governos subalternos como então se chamavam os distritos da colónia. As tropas da capital compunham-se de: dois Batalhões, um de Caçadores e outro de Infantaria (a cinco companhias cada um), e um Batalhão de Artilharia de posição (a três Companhias). Os governos subalternos dispunham de companhias independentes de Caçadores ou de Infantaria. O governo de Cabo Delgado, Sena, Quelimane, Inhambane e Lourenço Marques dispunham cada um de uma Companhia, enquanto que o de Tete de duas.

Em 1858 formaram-se em Moçambique as companhias disciplinares, constituídas por soldados do reino que ali iam cumprir penas de deportação, sendo que a partir de 1864 começou a guarnição da Província a receber contingentes de voluntários, que do Exército da metrópole iam ali prestar serviço por convite.

Todos os portugueses válidos residentes na Província ficavam obrigados a servir militarmente dos vinte aos trinta anos nas tropas de 1ª linha ou de 2ª linha, sendo de cinco anos o serviço obrigatório na 1ª linha, findo os quais o militar passava para a 2ª linha. As tropas de 2ª linha eram também constituídas por sipaios, que eram tropas irregulares que os régulos vassalos apresentavam quando os capitães-mores da região lhes requisitavam.

Em 1869 a Carta Orgânica da Província, novo código promulgado pelo ministro Rebelo da Silva, instituía a chamada Guarnição de Moçambique, conjunto de todas as forças da Província constituídas por indígenas e europeus na proporção conveniente. O governador Francisco Maria da Cunha, propunha em 1878 o recrutamento de praças em Angola, e em fins de Setembro do ano imediato embarcavam de Luanda dois Batalhões com trezentos homens cada um, que ainda participaram nas campanhas de 1895.

Uma organização posta em vigor em 1893-94 reduziu os cinco Batalhões de Infantaria (segundo a Carta Orgânica de 1869) a três, com quatro companhias de auxiliares cada um, e uma Bateria incorporada, todos comandados por oficiais europeus. Foi também criado um corpo de polícia, com um oficial e trinta e seis praças. Esta organização ficou completa em 1895, quando se estabeleceram as bases para a constituição de um Exército colonial

independente da metrópole, passando as tropas de Moçambique a constituir o Exército da África Oriental.

Segundo Telo, entre 1894 e 1901 são enviadas para Moçambique doze expedições, onde participam para cima de sete mil portugueses, não sendo muito errado dizer que, em media, vão para a Província cerca de sessenta oficiais do Exército e vinte da Armada por ano entre 1894 e 1910<sup>36</sup>.

Em 10 de Outubro de 1894, foi enviada da metrópole uma expedição ao distrito de Lourenço Marques constituída pelo 2º Batalhão do Regimento nº2 de Caçadores da Rainha, com dezassete oficiais e quinhentos e treze praças; uma Bateria de Artilharia de Montanha com quatro bocas de fogo, cinco oficiais e setenta e seis praças; uma Secção do Serviço de Saúde com duas praças; uma Secção de Administração Militar com um oficial e nove praças e outra de Material de Guerra com um oficial e três praças<sup>37</sup>.

No ano seguinte, em 12 de Março de 1895, embarcou uma nova expedição destinada a ir render as forças tinham sido enviadas em Outubro de 1894, compondo-se do 2º Batalhão do Regimento de Caçadores nº3, com 21 oficiais e 896 praças; 2º Batalhão do Regimento de Infantaria nº2, com 21 oficiais e 896 praças; um Esquadrão do Regimento de Cavalaria nº1, com 7 oficiais e 159 praças; uma Companhia mista de Engenharia com 5 oficiais e 78 praças; uma Companhia de Artilharia de Guarnição, com 4 oficiais e 108 praças; uma Secção de Artilharia de Montanha, com 1 oficial e 35 praças; uma Secção de Administração Militar; uma Secção do Serviço de Saúde; uma Secção do depósito do material de guerra, com 12 praças, para além do pessoal que compunha o comando geral, constituído por 4 oficiais e 2 praças<sup>38</sup>.

No essencial há quatro tipos de unidades que participam na campanha de 1895, sendo que as de maior confiança e capacidade, são as da metrópole, formadas na totalidade por portugueses. As unidades expedicionárias eram formadas em regra à volta de um Batalhão de um Regimento de recrutamento.

O segundo tipo de unidades das campanhas, são as formadas por portugueses mas de recrutamento local. São raras, pois a base de recrutamento é muito reduzida, mas quando

---

<sup>36</sup> Telo, António José, *Moçambique 1895 – A Campanha de Todos os Heróis*, 2004, p.20

<sup>37</sup> Vide em Anexo N-1, manuscrito do Decreto relativo a constituição das forças a enviar à Moçambique.

<sup>38</sup> Vide em Anexo N-2, manuscrito do Decreto relativo a rendição das forças existentes na Província de Moçambique.

surtem são normalmente de elite, tendo em conta o seu conhecimento privilegiado do terreno e dos hábitos locais, como era o caso do Corpo de Polícia de Lourenço Marques.

O terceiro tipo de unidades são as regulares indígenas, em regra com praças e cabos negros mas sargentos e oficiais brancos. O seu armamento, treino e grau de fiabilidade é menor que as outras, porém são preciosas para as funções de reconhecimento, exploração ou ocupação e defesa de postos.

O quarto tipo de unidades, são as irregulares indígenas, ou seja, as reunidas pelos régulos vassallos de Portugal, que eram denominados auxiliares. Essas forças mantêm a organização e chefia originais, sendo, no máximo, destacado um oficial ou sargento de ligação. Usam igualmente o armamento tradicional que têm, embora por vezes, para recompensar a sua fidelidade, lhes sejam fornecidas antigas espingardas em depósito, nomeadamente: as Albini, as Snider ou as Martini.

#### **4.2 Tácticas e técnicas**

“As tropas regulares, quer em marcha quer em estacionamento, devem estar sempre prontas a receber o inimigo, qualquer que seja a direcção em que ele se apresenta”.<sup>39</sup>

Com esta frase, podemos depreender que os dispositivos tácticos adoptados pelas forças portuguesas davam primazia a segurança, sendo que, os princípios de segurança eram constantes, devendo prever a surpresa e garantir o espaço para montar a acção principal, no entanto, carecem de adaptação ao meio, que em Moçambique apresentava características diferentes dos teatros de operações da Europa.

Os campos de tiro e observação eram normalmente curtos, os itinerários precários, sendo geralmente poucos e não desembaraçados. Todavia, existiam outros factores concorrentes.

As forças portuguesas encontravam-se em desigualdade numérica, relativamente as forças vátuas e, a táctica adoptada pelo Exército Vátua tinha em primazia o assalto surpresa e violento, exigindo uma acção rápida, porque, tão depressa como surgia, dispersava e desaparecia. Para se fazer frente a estes aspectos, adoptaram-se tácticas e técnicas que foram usadas pelo Exército Francês em Madagáscar e pelo Exército Inglês na África do

---

<sup>39</sup> Resumo de Eduardo Costa, in Aires de Ornelas, *op. cit.*, vol. II, 1934, p.155.

Sul, denominada formação em quadrado, sendo que, esta tática empregue em África foi uma total inovação para o Exército português.

A formação em quadrado era a disposição clássica da Infantaria europeia para enfrentar a Cavalaria, ou seja, para enfrentar um inimigo com mobilidade superior, que podia envolver as forças e atacar de qualquer lado ou de vários simultaneamente. A introdução desta formação nas campanhas e sua adaptação deveu-se ao Capitão Eduardo Costa do Estado-Maior, sendo que, era igualmente a formação mais indicada para contrariar as táticas envolventes vátuas, com ataques simultâneos pela frente e flancos.

A formação do quadrado implicava a adopção de dois tipos de dispositivos: o de marcha e o de estacionamento.<sup>40</sup> No dispositivo de marcha o movimento era feito em coluna dupla constituídas pela Infantaria com um intervalo de cinquenta a cem metros entre as colunas, com uma mais avançada que a outra, encontrando-se entre elas o comando, a Engenharia, a Artilharia e o trem de combate. Relativamente ao dispositivo de estacionamento, cada face do quadrado podia ter três filas, sendo que, ao toque de formar quadrado as colunas mais avançadas rodavam simultaneamente, indo uma formar a frente e outra a retaguarda do quadrado, e os lados ficavam formados pela restante parte da coluna.

A Artilharia e as metralhadoras que seguiam entre as colunas eram colocadas nos vértices do quadrado logo que este estivesse formado. A Cavalaria estava responsável pelo reconhecimento e exploração da coluna, havendo sempre uma guarda avançada e uma guarda da retaguarda que se deslocava a uma distância de cem a duzentos metros do grosso da coluna. Os auxiliares, que eram cedidos pelos régulos vassalos de Portugal, tinham as mesmas funções que a Cavalaria e seguiam a uma distância bem maior. Se o inimigo fosse avistado, era dado de imediato o alarme, a Cavalaria entrava para dentro do quadrado, apeava e integrava nas faces, enquanto que, os auxiliares aproximavam-se e deitavam-se no chão do lado de fora do quadrado.

A acção ofensiva era apenas a de marcha para o inimigo, travando a coluna o combate sempre na defensiva, só se passando a ofensiva depois de quebrado o ímpeto adverso dos guerreiros e em circunstâncias favoráveis. Se esta situação se verificasse, passava-se ao ataque com uma fracção da Infantaria, ou em terrenos que o permitissem, de Cavalaria sempre apoiados pela Artilharia e pelo fogo restante. A reserva formava sempre um quadrado, o reduto em que abrigavam as tropas avançadas em caso de serem obrigadas a

---

<sup>40</sup> Vide em Anexo O, os dispositivos de marcha e estacionamento.

retirar. Se houvesse tempo disponível estabeleciam-se defesas acessórias, como um fosso a volta do quadrado, um parapeito para atiradores, abatizes, redes de arame farpado, etc.

O fogo da infantaria no quadrado é feito sempre de forma coordenada, em descargas conjuntas dadas a voz de comando, nunca a mais de quatrocentos metros, armando-se a baioneta quando o inimigo chegasse aos duzentos metros. Contudo, as unidades armadas com Kropatscheck podiam abrir fogo a novecentos metros de distância. A Artilharia abria fogo normalmente aos seiscentos metros, mas podia disparar a maiores distâncias em casos especiais, cerca de mil e quinhentos metros.

### **4.3 O armamento português**

Neste presente trabalho, relativamente ao armamento do Exército português nas campanhas, iremos apenas referir ao utilizado pelas forças terrestres nomeadamente, a Infantaria, Cavalaria e Artilharia, visto que, o armamento individual foi um dos principais elementos técnicos inovador nas campanhas.

Contudo, é necessário referir que no período das campanhas de Moçambique, a Marinha portuguesa desempenhou um papel muito importante no que concerne ao deslocamento de tropas, apoio de combate, reconhecimentos, abastecimento de munições e víveres, etc., que sem a intervenção crucial desta, as campanhas não seriam um sucesso para Portugal.

Começaremos por fazer uma breve síntese histórica do armamento que Portugal foi adquirindo ao longo do século XIX até ser empregue em África.

No começo do século XIX, todos os Exércitos europeus usavam o mosquete de cano liso de carregar pela boca, com um alcance útil que não excedia os cem metros, com pouca fiabilidade e reduzida precisão. A partir de 1859, o Exército português adopta a arma inglesa Enfield, sendo encomendadas treze mil espingardas e cinco mil carabinas à Inglaterra, passando esta a partir de meados de 1860 a ser feita na fábrica de Santa Clara. As Enfield (espingarda e carabina)<sup>41</sup> passam a ser as principais armas do Exército na década de 1860, porém, as armas são convertidas no Arsenal do Exército desde 1871 adoptando as culatras Snider, passando a ter a designação de m/872 Snider.

---

<sup>41</sup> Vide em Anexo P-1, espingarda e carabina Enfield.

Fontes Pereira de Melo<sup>42</sup>, em 1867, adquire sete mil carabinas estriadas Westley-Richards<sup>43</sup> à Inglaterra, que iriam equipar a Cavalaria e os Caçadores, sendo igualmente comprados os primeiros revólveres de repetição que eram fornecidos aos oficiais. Em 1874 são compradas as primeiras espingardas Snider<sup>44</sup> de carregar pela culatra à Inglaterra, sendo encomendadas vinte mil espingardas e cinco mil carabinas.

Sob o impulso de Fontes Pereira de Melo, a partir de 1875 as espingardas e carabinas de carregar pela culatra são já o principal armamento do Exército metropolitano, sendo também introduzido em 1878 o revólver Abadie, que passa a ser o primeiro revólver padrão dos oficiais do Exército. O revólver Abadie chegou em dois modelos, um com o cano mais curto que era utilizado pelos oficiais e outro com o cano mais longo para uso dos praças de Cavalaria e Artilharia.

Na década de 1880, Portugal adquire um lote de espingardas Matini<sup>45</sup> de fabrico inglês, que era uma arma de tiro simples e recarga, base para o desenvolvimento da espingarda Castro Guedes. Chegam a Portugal poucos exemplares da espingarda, não se tornando esta numa arma padrão, apesar de oficialmente adoptada pelo Exército. Todavia, esta arma é amplamente adquirida em vários lotes, pelos governadores de Moçambique, devido ao prestígio que adquiriu depois da guerra anglo-zulu.

Em 1885, Portugal adopta a espingarda Castro Guedes, nome de um oficial do Exército, que era fabricada pela Steyr na Áustria para o Exército português, chegando a serem encomendadas quarenta mil exemplares. A espingarda Castro Guedes<sup>46</sup> passa a ser a principal arma do Exército português, todavia, testes efectuados a arma constaram que havia problemas na extracção do cartucho, o que levou a suspensão da encomenda sendo abandonada pouco tempo depois de escolhida. Em sua substituição, foi adoptada logo de seguida a espingarda Kropatschek, que era uma arma de repetição e também de fabrico

---

<sup>42</sup> António Maria de Fontes Pereira de Melo (08.09.1819–22.01.1887) foi um dos principais políticos portugueses da segunda metade do século XIX. Depois da Regeneração de 1851 assumiu diversas funções governativas, entre elas a de Ministro da Marinha e do Ultramar, da Fazenda, das Obras Públicas, Comércio e Indústria e da Guerra. Em 1866 é nomeado Conselheiro de Estado, em 1870 Par do Reino e, em 1871, 1878-1879 e 1881-1886 assumiu a chefia do executivo. A importância de Fontes Pereira de Melo deve-se a sua acção na condução de Portugal nos domínios económico, financeiro e das obras públicas. A sua política de progresso material ficou conhecida como o fontismo.

<sup>43</sup> Vide em Anexo P-2, carabina Westley-Richards.

<sup>44</sup> Vide em Anexo P-3, espingarda Snider.

<sup>45</sup> Vide em Anexo P-4, espingarda Martini.

<sup>46</sup> Vide em Anexo P-5, espingarda Castro Guedes.

austríaco. O primeiro lote das Kropatscheck<sup>47</sup> que compreendia seis mil espingardas e três mil carabinas, foi chegando a Portugal a partir de 1886, sendo adquiridas no total quarenta e seis mil exemplares.

Relativamente a Artilharia, o grande passo deu-se com a aquisição por Fontes Perreira de Melo de canhões Krupp, que eram canhões em aço de carregar pela culatra. Mais concretamente, foram comprados à Áustria seis Baterias completas (trinta e seis unidades) de peças de campanha Krupp AE 9cm m/875 e outras seis Baterias de peças de montanha Krupp AE 8cm m/874, passando estas a ser arma fundamental da Artilharia portuguesa.

A partir de 1878, o Arsenal do Exército fabrica a primeira peça estriada de retrocarga nacional baseada na Krupp AE 8cm m/874, denominada BEC 8cm m/878, seguindo-se duas peças semelhantes para completar o reequipamento das unidades de montanha, nomeadamente, a BEM 7cm m/882<sup>48</sup> e a BEC 12cm m/884.

Em meados da década de 1880, a reorganização do Exército eleva a arma de Artilharia a sua expansão máxima, passando a contar com três Regimentos de campanha, dois Regimentos de posição e uma Brigada de montanha. Os três Regimentos de campanha acabam por estar todos equipados com peças Krupp de 9cm, sendo adquiridas em 1886, mais sessenta peças AE 9MK m/886.

Segundo Telo, em 1884 foram formadas as Baterias de Artilharia ligeira, ditas de montanha, que seriam usadas nas campanhas de África, armadas principalmente com as peças Krupp, Reiner, Grusson ou os canhões rápidos Hotchkiss.<sup>49</sup>

As metralhadoras também foram utilizadas durante as campanhas, contudo, eram operadas por oficiais de Artilharia, pois na época ainda prevalecia a ideia de que se tratava de uma arma de Artilharia e não de Infantaria, mas também pelos oficiais da Marinha. O Regimento de Artilharia nº1 recebe em 1871 quatro metralhadoras Montigny, encomendas à Bélgica por Fontes Pereira de Melo e, a partir de 1876, as metralhadoras Nordenfelt e Gardner vulgarizam-se nas marinhas de todo o mundo, passando a ser as principais metralhadoras portuguesas em 1880. Estas metralhadoras bem como os canhões rápidos Hotchkiss eram instalados em reparos fixos dos navios, mas também em reparos terrestres

---

<sup>47</sup> Vide em Anexo P-6, espingarda Kropatscheck.

<sup>48</sup> Vide em Anexo P-7, peça BEM 7cm m/882.

<sup>49</sup> Telo, António José, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, 1995, p.154.

puxados por burros. Assim, durante as campanhas em Moçambique era possível integra-las numa coluna do Exército sendo manejadas por destacamentos da Marinha ou de Artilharia.

Contudo, as metralhadoras apesar do seu efeito devastador que provocava nas forças numericamente superiores do inimigo, foram usadas em pequenas quantidades, pois eram consideradas armas pouco fiáveis, encravando frequentemente após a primeira rajada, facto que veio a confirmar-se, no combate de Magul onde duas metralhadoras encravaram, sendo uma por desarranjo nas molas do movimento e a outra porque uma munição lhe amolgou a cartucheira inferior e não havia reserva<sup>50</sup>.

A maioria dos oficiais portugueses considerava que o efeito de fogo concentrado obtido pelas metralhadoras poderia ser alcançado pelas descargas de tiro da Infantaria, feitas a voz de comando, o que já não acontecia, por exemplo, no Exército inglês onde os oficiais davam primazia as metralhadoras e o tiro da Infantaria era feito à vontade.

No final dos anos 80, Portugal segue a prática normal de enviar para as províncias armas mais antigas que retira do Exército metropolitano, nomeadamente as Snider, Martini e Castro Guedes. Aliado a este facto, era normal os governadores comprarem armas as colónias inglesas vizinhas, o que tornava o armamento bastante heterogéneo.

As forças vindas da metrópole estavam maioritariamente equipadas com Kropatschek e contavam com o apoio de fogo das peças Krupp e dos canhões revolver Hotchkiss de 37m, com canos rotativos e grande cadência de tiro.

---

<sup>50</sup> Ennes, António, *A Guerra d'África em 1895*, 1898, p.434.

## **CAPÍTULO 5 – Os principais combates das campanhas de 1895**

As Campanhas de Moçambique em 1895, tinham como principal objectivo a pacificação da Província e fundamentalmente a efectivação da posse porque, como já tivemos a oportunidade de ver, na época Moçambique era a mais cobiçada das colónias portuguesas. Todavia, para tal desígnio se concretizar, era necessário acabar com o poderio do Império de Gaza, governado por Ngungunyani.

Ao sair da metrópole o conselheiro António Ennes já trazia esboçado o plano da campanha e sendo ele o cérebro da campanha, desde cedo juntou-se a um conjunto de oficiais da sua geração, que em 1895 iniciaram uma nova prática militar em África. Entre eles encontramos nomes como Rodrigues Galhardo, Freire de Andrade, Paiva Couceiro, Caldas Xavier, Eduardo Costa, Aires de Ornelas, Mousinho de Albuquerque, José Ribeiro Júnior, Roque de Aguiar, entre outros.

Após os ataques perpetrados sobre Lourenço Marques pelos régulos Mahazul e Zixaxa, em Outubro de 1894, a intenção de Ennes era, numa primeira fase aliviar a situação de pânico que se vivia, através de uma ocupação militar à Marracuene. Numa segunda fase, conduzir uma campanha completa contra o Imperador Ngungunyani, tendo como objectivo final o aniquilamento do poderio Vátua.

Resumindo o plano de operações consistia em:

- Fazer uma manifestação de força próximo de Lourenço Marques;
- Ocupar posições dentro do território de Ngungunyani;
- Sendo possível, atacá-lo e aniquilá-lo.

Para conseguir atingir esse fim, pretendia-se organizar três colunas de operações, que procurariam atingir os seguintes pontos:

- Intimane, território a sul de Xinavane, definido pelo leito do rio Incomati;
- Foz do Changane, afluente do rio Limpopo;
- Chicomo, na margem do rio Inharrime.

Os objectivos seriam atingidos através da realização de operações com apoio nos três principais rios da região, o Incomati, o Limpopo e o Inharrime.

Estes rios seriam, em parte, a via empregue na deslocação das tropas, o itinerário principal de reabastecimento para cada uma das colunas, além de garantir a segurança num flanco durante as deslocações, estacionamentos e instalações de portos militares de ocupação, nas suas margens. Contudo, como os efectivos eram insuficientes, organizaram-se apenas duas colunas, nomeadamente, a Coluna do Sul e a Coluna do Norte, colocando de parte a projectada coluna do Limpopo, porque com tais efectivos não era aconselhável a sua disposição por três zonas de operações.

### 5.1 Marracuene, 02 de Fevereiro de 1895

“Em 02 de Fevereiro de 1895 travou-se em Moçambique o primeiro – e único conhecido – combate em que um quadrado de tropas na defensiva, roto pela incursão violenta do atacante por uma das faces, consegue reconstituir-se, resistir, expulsar do seu interior o ousado inimigo e transformar a derrota iminente numa vitória...”<sup>51</sup>

No ano de 1894 a situação tinha-se deteriorado e agravado na Província de Moçambique, em 14 de Outubro, os Régulos Mahazul e Zixaxa, sem o apoio dos guerreiros de Ngungunyani, chegaram mesmo a atacar a cidade de Lourenço Marques em retaliação ao aumento dos impostos cobrados por Portugal. Este ataque que durou poucos minutos, foi disperso com tiros de Artilharia conjugados com a diminuta força de marinheiros e da polícia. Mesmo assim, a população viveu momentos de pânico, correndo para o porto da cidade, indo procurar refúgio nos navios.

Portugal, acabado de sair do humilhante *ultimatum inglês*, vê-se obrigado a enviar reforços para Moçambique e em 10 de Outubro de 1894, chega ao distrito de Lourenço Marques uma expedição constituída pelo 2º Batalhão do Regimento nº2 de Caçadores da Rainha, uma Bateria de Artilharia de Montanha, uma Companhia de Artilharia de Posição, uma Companhia mista de Engenharia, uma Secção de Serviço de Saúde, uma Secção de Administração Militar e outra de Material de Guerra<sup>52</sup> que vieram complementar o Batalhão de Caçadores nº3 de África, vindo de Angola, com oito oficiais e trezentas e sete praças, um Pelotão de Infantaria de Polícia com três oficiais e setenta e três praças e uma Secção de Cavalaria de Polícia com um oficial e vinte e duas praças do corpo de polícia de

---

<sup>51</sup> Martins, Ferreira, *Glórias e Martírios da Colonização Portuguesa*, 1939, p.40.

<sup>52</sup> Vide em Anexo Q, ordem de operações para o combate de Marracuene.

Lourenço Marques. As forças portuguesas totalizavam vinte e oito oficiais e setecentos e oitenta e duas praças.

Em 18 de Janeiro de 1895 António Ennes, desembarcou em Lourenço Marques, inteirando-se da situação e sem perda de tempo o Comissário Régio ordenou que se fizesse um reconhecimento ofensivo a Marracuene, centro de uma região populosa, toda ela sublevada e um dos principais pontos de comunicação dos territórios de ambas as margens do rio Incomati, que distava cerca de quarenta quilómetros de Lourenço Marques.

Comandou a força de reconhecimento o Major Caldas Xavier e não sendo encontrada pressão por parte do Exército Vátua, o reconhecimento efectuou-se com êxito, sendo que António Ennes decidiu ocupar militarmente Marracuene. O destacamento misto que, sob o comando do Major José Ribeiro, comandante do Batalhão de Caçadores nº2 expedicionário e levando o Major Caldas Xavier como segundo comandante, partiu na manhã de 28 de Janeiro, travou na madrugada de 01 para 02 de Fevereiro, com o inimigo, o célebre combate de Marracuene<sup>53</sup>.

As forças vátuas eram formadas por guerreiros que os régulos fiéis a Ngungunyani providenciaram, nomeadamente: Mahazul com 3.500 homens com 400 espingardas, Zixaxa com 1.000 homens com 400 espingardas, Chirinda com 800 homens com 300 espingardas, Munhangua com 200 homens com 50 espingardas e Mutua com 300 homens com 50 espingardas. Assim, as forças vátuas totalizavam 5.800 homens aguerridos, equipados com o seu armamento tradicional e 1.300 equipados com espingardas Martini.

Às quatro horas da madrugada do dia 02 de Fevereiro o quadrado formou-se ao toque de sentido debaixo de chuvas torrenciais, sendo que, a já três dias se esperava o ataque dos guerreiros vátuas. Meia hora depois iniciava-se o assalto, e tal foi o ímpeto do ataque das forças avançadas ímpis, que a face do quadrado guarnecida pelos angolanos cedeu, ficando as outras faces com o inimigo pelas costas. Contudo, enquanto os guerreiros vátuas aguardavam a chegada do grosso da sua manga, os soldados portugueses conseguiram reorganizar a face que se tinha rompido.

Durante hora e meia uma luta intensa se desenvolveu, tendo como protagonistas vátuas e angolanos, mas começaram os ímpis a perder terreno, e quando a manhã clareava entraram em retirada, perseguidos pelo fogo do quadrado. O relatório da operação feito pelo Major

---

<sup>53</sup> Vide em Anexo R, figura representativa do combate de Marracuene.

Caldas Xavier estima o número de baixas vátuas em duzentos mortos (dezoito dentro do quadrado) e inúmeros feridos, sendo que, o número de baixas portuguesas foi de quarenta e três mortos (três europeus e quarenta africanos) e vinte e nove feridos (nove europeus e vinte africanos). Esse combate contra cerca de três mil guerreiros marcou a primeira derrota dos vátuas, elevando a moral da população de Lourenço Marques.

O combate de Marracuene<sup>54</sup>, embora militarmente não se possa qualificar de retumbante vitória, pois dele não resultou ocupação territorial permanente, nem sequer a aniquilação completa dos vátuas, cumpriu cabalmente a sua missão de manifestação da força. Mostrou aos vátuas que os portugueses podiam sair da cidade e dar-lhes combate no seu meio, ou seja, no mato e também quanto valia a coragem de algumas centenas de europeus contra milhares de guerreiros.

“A vitória militar de Marracuene foi a primeira vitória política de Portugal em Moçambique”.<sup>55</sup>

## **5.2 Magul, 08 Setembro de 1895**

A partir de Abril de 1895 foram chegando a Lourenço Marques forças duma nova expedição da metrópole, comandada pelo Coronel Eduardo Galhardo. Compunha-se a expedição de dois Batalhões (Infantaria nº2 e Caçadores nº3), uma Secção de Artilharia de montanha, uma Companhia de Artilharia de guarnição nº4, um Esquadrão de Lanceiros nº1, uma Companhia mista de Engenharia e elementos dos Serviço de Saúde e de Administração Militar.

Com estas forças e com todas as outras existentes nos distritos de Lourenço Marques e Inhambane, quer metropolitanas (restos da expedição anterior) quer privativas da colónia, constituiu-se uma Brigada de Operações, cujo comando foi confiado ao Coronel Galhardo. Para execução do plano de operações estabelecido, que era o ataque conjugado pelo norte e pelo sul contra Mandlakazi (residência de Ngungunyani), foi a Brigada dividida em dois destacamentos principais: a coluna sul, de Lourenço Marques ou do Incomati, e a coluna norte, de Inhambane ou do Chicomo.<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> Vide em Anexo S, imagem do combate de Marracuene.

<sup>55</sup> Martins, Ferreira, *Glórias e Martírios da Colonização Portuguesa*, 1939, p.44

<sup>56</sup> Vide em Anexo T, a constituição das colunas sul e norte.

A coluna sul, destinada a operar no distrito de Lourenço Marques, era comandada pelo Major Gomes Pereira de Infantaria nº2, enquanto que, a coluna norte, destinada ao distrito de Inhambane, assumiu o comando directo o Coronel Galhardo. Após o combate de Marracuene, os régulos Zixaxa e Mahazul conseguiram fugir e, Zixaxa foi se estabelecer perto de Magul, na margem esquerda do rio Incoluane, que liga Incomati ao Lago Chuale. Aí preparava Ngungunyani a sua resistência com os seus fiéis régulos.

Era, pois, contra Magul que se ia dirigir a coluna de Lourenço Marques, que a 03 de Setembro, chegou a margem direita do rio Incoluane comandada pelo Capitão de Engenharia Freire de Andrade e constituída por cento e vinte homens do Regimento de Infantaria nº2, uma metralhadora servida por artilheiros, dez cavaleiros em exploração, vinte e cinco soldados angolanos, uns mil auxiliares e alguns carregadores.

No entanto, a coluna sul foi aumentada com o reforço que Paiva Couceiro foi buscar a Magude e chegou a atingir o efectivo de duzentos e setenta e cinco europeus, sendo onze oficiais, duzentos e vinte e um praças de Infantaria nº2, onze de Cavalaria nº1, três de Cavalaria de Polícia, vinte de Artilharia de montanha, dez de Artilharia nº4, um de Engenharia e um de Administração Militar, trinta e três soldados angolanos, quatro metralhadoras, cem carregadores e alguns milhares de auxiliares.

As forças vátuas eram constituídas por treze mangas, com mabanjes de quatrocentos a quinhentos homens, o que representavam cerca de sei mil e quinhentos guerreiros.

O quadrado foi formado às dez horas e trinta minutos, após se terem avistado as forças vátuas a uns mil e quinhentos metros aproximadamente da orla da mata, com dezassete homens à frente de cada face dispostos em três fileiras e com as metralhadoras nos cantos<sup>57</sup>. As treze horas e vinte minutos o ataque foi lançado por parte dos guerreiros vátuas, que chegados a menos de cem metros do quadrado, rompeu-se sobre eles o fogo das metralhadoras seguido pela Infantaria. O combate<sup>58</sup> durou aproximadamente uma hora, tendo os vátuas sido dizimados pelo fogo intenso e sofrido inúmeras baixas, enquanto do lado português jaziam mortos um sargento e quatro soldados de Infantaria, e vinte e seis feridos. Os vátuas abandonaram o campo de batalha e retiraram para dentro da mata.

Depois da vitória obtida pelos portugueses em Marracuene, e derrotados os régulos Zixaxa e Mahazul, passou-se à campanha contra Ngungunyani seguindo o plano traçado pelo

---

<sup>57</sup> Vide em Anexo U, figura representativa do combate de Magul.

<sup>58</sup> Vide em Anexo V, imagem do combate.

gabinete do Comissário Régio, mas para isso se concretizar tornava-se necessário dispor de mais tropas frescas. Contudo, foi nessa desproporção de trezentos portugueses para uns seis mil vátuas, que os portugueses conseguiram a vitória de Magul. Depois deste combate, e de operações secundárias que se lhe seguiram, a coluna Sul nos finais de Outubro detinha grande controlo do território entre Incomati e o Limpopo.

### **5.3 Coolela, 07 de Novembro de 1895**

Abstraindo do feito excepcional do quadrado de Marracuene, prelúdio auspicioso das campanhas de Moçambique de 1895, e do golpe audacioso de Chaimite, seu assombroso epílogo, foi o combate de Coolela, como acção militar. A 18 de Julho determinava-se a ordem geral que determinava a organização da coluna de Chicomo, coluna esta que deveria ser abastecida semanalmente por intermédio de comboios de carregadores, e a 19 de Julho saía a composição do segundo troço da coluna, que deveria sair de Cumbana a 27 de Julho, de modo a encontrarem-se em Coguno e seguirem para Chicomo.

A coluna norte em 17 de Outubro totalizava um efectivo de mil e trezentos e oitenta e um homens, sendo seiscentos e trinta e um europeus e setecentos e cinquenta auxiliares, com quatro peças de montanha 7cm e duas peças Gruson<sup>59</sup>. Após a derrota do Exército Vátua em Magul, a coluna norte aguardava em Chicomo, nos últimos dias de Julho, a oportunidade de actuar, visto que esta vitória tirava ao régulo Ngungunyani a possibilidade de contar com o auxílio dos povos do sul do Limpopo e até mesmo de alguns do norte.

A notícia de êxito por parte dos portugueses em Magul chegava a Chicomo em 14 de Setembro, no mesmo dia em que expirava o prazo que fora marcado a Ngungunyani para a entrega dos seus súbditos Zixaxa e Mahazul. Contudo, foi só a 04 de Novembro que o Coronel Galhardo deu a ordem para se iniciar a marcha ofensiva contra Mandlakazi, marcha essa que começou sob um sol ardente e contando o comandante com outro efectivo, de cerca de quinhentos e setenta e sete praças brancos e quinhentos auxiliares negros. Esperava o comandante, apesar disso, alcançar em 06 dias Mandlakazi, mas ainda nesse dia a marcha foi de tal forma dificultada pelo calor excessivo e pela pouca consistência do terreno que foi forçado a bivacar nas imediações da lagoa de Coolela, para só no dia seguinte se atingir o objectivo final.

---

<sup>59</sup> Vide em Anexo W, composição da coluna de operações na marcha sobre Mandlakazi.

Todavia, às cinco horas do dia 07 de Novembro, quando a força já em armas aguardava a ordem de marcha avistaram-se cerca de doze mil guerreiros vátuas, que avançavam rápida e ousadamente contra o quadrado português começando a adoptar o dispositivo em meia lua contra as três faces do quadrado, chegando a uns duzentos e cinquenta metros da face oeste ocupada por um Pelotão de Caçadores<sup>60</sup>.

Este Pelotão, imediatamente rompeu fogo, quando a linha de ataque dos vátuas já se apresentava em meia-lua, envolvendo e atacando com azagaias e fogo vivo contra as três faces oeste, sul e leste. Dado o toque de fogo, todo o quadrado respondeu ao do inimigo, primeiro com pouca regularidade, mais depois com máxima regularidade, sendo o combate caracterizado por uma rigorosa disciplina de fogo da Infantaria portuguesa.

O violento combate durou cerca de quarenta minutos, sendo que, os guerreiros vátuas foram afugentados com grandes perdas, tendo conseguido chegar a trinta metros do quadrado. Eram oito as mangas atacantes do Exército Vátua, sob o comando do chefe de guerra Machamene, estando também presentes os filhos do Ngungunyani, Godide e Inhamanga, e o seu tio Queto.

Terminado o combate contabilizava-se nas forças portuguesas três oficiais e um sargento feridos, cinco soldados mortos e trinta e dois feridos, enquanto que, nas forças vátuas calculava-se cento e dois mortos numa área de duzentos à trezentos metros em volta do quadrado e havendo um elevado número de feridos. Para reforçar este êxito aos olhos dos súbditos de Ngungunyani e dos europeus que eram seus aliados, quatro dias depois após o combate a Artilharia da coluna bombardeava Mandlakazi, destruindo pelo fogo a residência do régulo Vátua antes de ser investido um ataque pela Infantaria, que por sua vez não encontra resistência.

Ngungunyani ao ser informado da derrota do seu Exército em Coolela e antes de abandonar a sua residência em Mandlakazi, reúne-se com os seus conselheiros e acusa os seus tios e primos de traição pela ausência na frente de combate. Refugia-se em Chaimite, a aldeia sagrada onde esta a campa de Sochangani, o fundador do Império de Gaza. E assim como o combate de Magul contra uma força mais pequena foi o fecho glorioso da acção da coluna de operações do sul (distrito de Lourenço marques), também o decisivo combate de Coolela trouxe à coluna do norte a glória de ter conseguido a queda definitiva do Império Vátua.

---

<sup>60</sup> Vide em Anexo X, imagem representativa do combate de Coolela.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Província de Moçambique estava delimitada, de harmonia com o tratado de 30 de Dezembro de 1886 celebrado com a Alemanha e de 11 de Junho de 1891 com a Inglaterra, desde o paralelo de 10°.40' sul até ao de 26°.52' sul. Limitava-se a Norte com a África Oriental Alemã, a Oeste e a Sul com os territórios britânicos da British Central África, da Rhodesia do Norte e do Sul, do Transvaal, da Suazilândia e do Natal e a Este pelo Oceano Índico. É cortada ao centro pelo curso fluvial do Zambeze, que por sua vez, vem a desaguar no canal de Moçambique, sendo em extensão territorial a segunda colónia portuguesa, abrangendo uma superfície de 763000 km<sup>2</sup>, com um litoral bastante recortado de cerca de 2300 km de extensão.

Na costa de Moçambique existem portos de mar de grande valor, não só para fins comerciais, como para servirem de bases navais no oceano Índico, razão pela qual, o porto de Lourenço Marques era justamente considerado o melhor porto natural de toda a costa oriental de África e também como a melhor entrada para o Transvaal e Suazilândia.

A Província de Moçambique estava no centro do furacão de disputas por parte dos grandes poderes europeus e ao mesmo tempo cercada pelos seus territórios, a Norte pela Alemanha, a Sul pelos Boers, a Oeste pela Inglaterra e a Este pela França. Essas potências estavam a espera de um pretexto para avançar para a ocupação de Moçambique e contra o Imperador do último grande poder africano em todo o sul do continente.

O que estava em causa para Portugal era a manutenção do território da Província de Moçambique que ia do Rovuma ao Maputo, sem divisões e sobre sua administração, sendo que, uma derrota nas campanhas de 1895 abriria caminho a uma invasão por parte dos outros poderes europeus e conseqüentemente uma divisão de Moçambique. Assim, após a Conferência de Berlim e com o acelerar do processo da corrida à África, o Imperador de Giza é apanhado entre pressões contraditórias que partem dos portugueses, dos boers, dos ingleses e dos enviados de Cecil Rhodes, que procuram colocar o poder Vátua do seu lado.

A grande preocupação de Ngungunyani, não era de ajudar um determinado poder europeu, mas sim de preservar ao máximo a autonomia do seu território e obter vantagens das disputas externas. O poder dos reis de Giza tinha bases bastantes sólidas, bem equilibradas e extremamente eficientes permitindo ao rei através dessa estrutura manter um controlo político, económico e militar bastante eficaz.

Ngungunyani tinha uma personalidade forte e um prestígio bastante elevado no seu povo, para tal contava com o apoio dos seus chefes militares imediatos, que declaravam-se dispostos a dar a vida por ele e que sem os quais mostrava-se bastante debilitado. Gozava ainda de uma grande reputação como líder e utilizava a força militar para impor respeito e garantir a posse do seu território, tinha um sistema de espionagem abrangente e muito eficiente e valia-se dos conflitos entre os portugueses e ingleses na caça de concessões nas esferas políticas e económicas, tirando assim, vantagens de ambas as partes. Isto tudo dava-lhe um imenso prestígio e o seu poder era tido como sobrenatural ou mesmo divino pelos seus súbditos.

O rei de Gaza acumulou vários sucessos nos primeiros anos do seu governo, negociando com os portugueses e ingleses. Uma das técnicas de negociação de Ngungunyani era a de apresentar-se as potências europeias como seu fiel aliado, porém, este não tinha em conta que os colonialistas entendiam aliado como súbdito e seria muito difícil ser vassalo de dois senhores. O rei de Gaza subestimou a mudança do colonialismo e as contradições entre as potências europeias, sendo que, entre os anos de 1889 à 1894 as rivalidades entre o Império de Gaza e Portugal se agudizaram.

Os conflitos de sucessão de Muzila, a transferência da capital do Império para Mandlakazi entrando em confronto com outras tribos, o consumo exagerado de álcool por parte do monarca e dos seus anciãos mais próximos, a adopção de políticas mais cruéis para com as tribos que tivessem boas relações com os portugueses, de certa maneira tiveram também um papel negativo, contribuindo para criar um clima de descontentamento no seio da corte. Deste modo, Ngungunyani para além dos inimigos externos que já possuía foi criando um grande número de inimigos internos, provocando assim o fraccionismo, que foi um dos elementos negativos de que os portugueses se valeram para conseguir a sua derrocada.

Estas tribos contribuíram para a queda do seu poder, contudo, Ngungunyani não foi vencido por traição, mas pela fragmentação interna que caracterizava a corte real, pois a sabedoria do rei depende também da sabedoria e aprumo dos seus anciãos. Em finais de 1895, antes da prisão de Ngungunyani, já em Inhambane se manifestavam certos régulos favoravelmente a Portugal bem como alguns em Gaza.

Após as vitórias portuguesas nos combates de Marracuene, Magul e Coolela apoiados por um grande número de descontentes com o rei de Gaza, este vê-se obrigado a abandonar a sua residência, em Mandlakazi, rumando para Chaimite. Ngungunyani tinha construído a

sua política sob uma série de interesses convergentes e opostos, sendo que, no momento em que o Estado Português e os ingleses deixaram de ter interesse na sua colaboração, como aliado, a sua política tinha falhado e já nada podia fazer para remediar a situação.

A ocupação de Moçambique, no período em que António Ennes exercia as funções de Comissário Régio, teve um carácter exclusivamente militar, ou seja, a ocupação administrativa não foi simultânea a ocupação militar. Dessa falha, ainda hoje é possível notar a irregularidade da fronteira terrestre moçambicana, que demonstra que não houve o cuidado inicial de assegurar integridade do território, pelo estabelecimento e segurança de fronteiras racionais. Assim, logo desde o início houve o plano de reagir e conquistar, havendo uma grande lacuna relativamente a um plano preconcebido de ocupação.

Isto é, o fim que se visava era militar, e esse conseguiu-se, todavia, a acção portuguesa em Moçambique, durante esse período da ocupação militar não previu a vantagem, a necessidade de transformar imediatamente as terras conquistadas pelas armas em pontos fulcrais da irradiação portuguesa. Essa ideia só mais tarde ocorre a Mousinho de Albuquerque, mas infelizmente já demasiado tarde assegurar a legitimidade das fronteiras.

No âmbito político a campanha de 1895 além de concretizar para Portugal a efectivação da posse dos vastos territórios de Moçambique e principalmente o de Gaza, desviou as outras colónias europeias da cobiça que nutriam. No campo internacional concedeu a Portugal o alvará para possuir, defender, administrar e melhor exercer o seu direito em territórios africanos, visto que as outras colónias europeias na altura consideravam os portugueses como incapazes para tal. Perante a própria Nação portuguesa esta vitória foi vista como um novo despertar para a consciência nacional, foi o acordar para a certeza de que ainda podiam colher vitórias através das armas.

Relativamente aos vátuas, a vitória na campanha foi o meio ideal para os conduzir a condição de vassallos da Coroa portuguesa, visto que, se o Imperador Vátua a par do terror que inspirava ainda era temido pela força das suas hostes, que não dizer dos portugueses que venceram o seu poderoso Exército.

No âmbito militar a campanha significou a aprendizagem dos melhores processos de guerra em África através de outros Exércitos europeus, a aplicação e adaptação de conceitos de guerra e, quanto mais não seja, de feitos e de actos de bravura, necessários para a elevação de um Exército. A táctica empregue em África foi uma total inovação para

o Exército português, sendo que, nesta campanha aprendeu-se a empregar conscienciosamente dispositivos para a marcha, estacionamento e combate.

Da campanha de 1895 nasceu em Portugal o emprego da coluna e do quadrado, conduzindo o Exército a vários sucessos, que em condições adversas, tendo em conta os agrupamentos militares de efectivos irrisórios, lutando num meio hostil e levando a guerra ao interior, não se poderia imaginar que fosse possível.

Todavia, é muito importante referir que os guerreiros vátuas tinham tácticas singelas e leais, combatendo a peito descoberto e actuando em massa. No Exército Vátua a emboscada não se aplicava nem sequer a defensiva, actuando sempre em acção ofensiva sem qualquer respeito pelas metralhadoras ou pela Artilharia, favorecendo assim o emprego desta nova táctica.

As colunas marchavam para o inimigo numa acção ofensiva, acabando por travar o combate na defensiva, com o intuito de suprimir a inferioridade numérica, passando-se à ofensiva, logo que a situação fosse favorável. A luta travada nestes combates era decisiva e o risco de uma derrota não era o simples aniquilamento de uma coluna, mas sim a perda total da Província pelas forças portuguesas.

Os oficiais portugueses focaram as suas atenções em questões de pormenor fundamentais ao emprego da técnica e da táctica, resolveram questões de Serviços a milhares de quilómetros de distância quase sem vias comunicação e realizaram trabalhos importantes de Engenharia Militar, recorrendo a maioria das vezes a ferramentas rudimentares.

A evolução do armamento ligeiro através do desenvolvimento de armas estriadas de repetição, que foi o principal elemento técnico inovador dos portugueses, aliado ao progresso feito na Artilharia, foi deveras importante para as forças expedicionárias, principalmente devido ao facto dos Exércitos Vátuas preferirem combater em planícies abertas, o que facilitava o emprego deste novo tipo de armamento porque tinha um maior alcance e possuía uma maior cadência de tiro.

Outro factor convergente estava relacionado com o armamento das forças vátuas, que era obsoleto, porque os seus Exércitos não acompanharam a evolução do armamento ligeiro, ou seja, as armas que possuíam eram de sílex do princípio do século ou estriadas de tiro simples e em pequenas quantidades. Portanto, só com o emprego deste novo tipo de

armamento por parte de Portugal foi possível combater uma força numericamente superior, que dava privilégio ao seu armamento tradicional.

Os combates de Marracuene, Magul, Coolela e Chaimite marcam as etapas das campanhas de 1895, sendo que, cada um desses dias tem a sua importância principal. Marracuene salvou Lourenço Marques, Magul acabou com a revolta das Terras da Coroa, Coolela quebrou o poderio militar dos Vátuas. Mas no fim, a consequência de todos os combates foi a prisão de Ngungunyani, porque sem ela todos os resultados obtidos seriam improdutivos e poderiam ser anulados de um momento para o outro. O Imperador de Gaza foi um símbolo que representa uma determinada fase da história e o seu poderio foi um factor que retardou a penetração colonial portuguesa no sul de Moçambique

Com a prisão de Ngungunyani em Chaimite abriu-se mais uma página na história de Moçambique que de modo algum pode ser negligenciada, pois, sem conhecer o nosso passado histórico não podemos conhecer o nosso presente e dificilmente podemos perspectivar o nosso futuro.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **1. Fontes Manuscritas**

Arquivo Histórico Militar

PT/AHM/DIV/2/7/2/4

PT/AHM/DIV/2/7/3/1

PT/AHM/DIV/2/7/3/2

PT/AHM/DIV/2/7/4/3

PT/AHM/DIV/2/7/4/4

PT/AHM/DIV/2/7/4/8

PT/AHM/FE/010/B07/MD/1

PT/AHM/FP/12/2/282/41

PT/AHM/FP/13/2/282/35

PT/AHM/FP/13/2/282/54

### **2. Fontes Impressas e Legislação**

Ordem do Exército

Revista do Exército e da Armada

### **3. Publicações Periódicas e Revistas**

Jornal do Exército

Revista Militar

### **4. Bibliografia**

AAVV – *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume IX, Lisboa, Editorial Enciclopédia Limitada.

ALBUQUERQUE, Luís de (drç) – *Portugal no Mundo*, Volume 6, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

ALBUQUERQUE, Mousinho de – *Livro das Campanhas*, Agência Geral das Colónias, 1935.

ALMEIDA, João de – *A Ocupação Portuguesa em África na Época Contemporânea*, Agência Geral das Colónias, 1936.

BESSA, Carlos – “Moçambique. Ocupação efectiva Peculiar”, in *Nova História Militar de Portugal*, TEIXEIRA (dirç), Nuno Severiano e BARATA (dirç), Manuel Themudo, Volume 3, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004.

CAETANO, Alberto – *A Campanha de África contada por um Sargento*, Lisboa, 1896.

CAETANO, Marcello – *As Campanhas de Moçambique em 1895 Segundo os Contemporâneos*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946.

CAETANO, Marcello – *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, Lisboa, Edições Ática, 1971.

CHILENGUE, Inácio – *CHAYIMITI: A Prisão de Ngungunyani*, Maputo, Colecção Embondeiro nº6, 1995.

COSTA, Gomes da – *GAZA (1897-1898)*, Lisboa, M. Gomes - Editor, 1899.

ENNES, António – *A Guerra d'África em 1895*, Lisboa, Typographia do «Dia», 1898.

FERREIRA, António Rita – *A Presença Luso-Asiática e Mutações Culturais no Sul de Moçambique (até 1900)*, Lisboa, 1982.

GERHARD, J. Liesegang – *Ngungunyane: A figura de Ngungunyane Nqumayo, Rei de Gaza 1884 – 1895 e o desaparecimento do seu Estado*, Maputo, Colecção Embondeiro nº8, 1986.

MARTINS, Ferreira – *Glórias e Martírios da Colonização Portuguesa*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939.

MARTINS, Ferreira – *História do Exército Português*, Lisboa, Editorial Inquérito Limitada, 1945.

MEDINA, João (dirç) – *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Volume IX, Amadora.

NORONHA, Eduardo de – *O Herói de Chaimite – Mouzinho de Albuquerque*, Porto, O Primeiro de Janeiro – Editora, 1906.

NUNES, António Nunes – *Mouzinho de Albuquerque*, Lisboa, Prefácio, 2003.

ORNELAS, Ayres de; COUCEIRO, Henrique; COSTA, Eduardo da; ALBUQUERQUE, Mousinho de – *A Campanha das Tropas Portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane*, Lisboa, M. Gomes, 1897.

ORNELAS, Ayres de – *Cartas de África: A Campanha de Gungunhana – 1895*, Lisboa, 1930.

ORNELAS, Aires – *Colectânea das suas principais obras militares e coloniais*, Volume I e II, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1934.

PÉLISSIER, René – *As Campanhas Colónias de Portugal 1844-1941*, Lisboa. Editorial Estampa, 2006.

PÉLISSIER, René – *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*, Volume I e II, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

TEIXEIRA, Luís – *Heróis da Ocupação*, Lisboa, 1943.

TELO, António José e ÁLVARES, Mário – *Armamento do Exército Português, Volume I – Armamento Ligeiro*, Prefácio, 2004.

TELO, António José – *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Cosmos, 1995.

TELO, António José – *Moçambique 1895 – A Campanha de Todos os Heróis*, Lisboa, Tribuna, 2004.

TELO, António José – “Tecnologia e Armamento”, in *Nova História Militar de Portugal*, TEIXEIRA (Drç), Nuno Severiano e BARATA (Drç), Manuel Themudo, Volume 3, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004.

VASCONCELOS, Ernesto de – *Portugal Colonial*, Lisboa, Livraria Profissional.

VILHENA, Maria da Conceição – *Gungunhana: Grandeza e Decadência de um Império Africano*, Lisboa, Edições Colibri, 1999.

## ANEXOS

### ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo A – A Conferência de Berlim .....	48
Anexo B – Figura ilustrativa do Kraal.....	48
Anexo C – Imagens do “mapa cor-de-rosa” .....	49
Anexo D – Mapa de Moçambique, limites da Província de Moçambique .....	50
Anexo E – O Tratado de 11 de Junho de 1891.....	51
Anexo F – António Ennes .....	59
Anexo G – Mouzinho de Albuquerque.....	59
Anexo H-1 – Ngungunyani.....	60
Anexo H-2 – Ngungunyani e suas esposas.....	60
Anexo I – Manuscrito do pedido de autorização para Ngungunyani embarcar para os Açores na canhoeira Zambeze.....	61
Anexo J – Guerreiro Vátua .....	62
Anexo K – Tática de “cabeça de búfalo” .....	63
Anexo L – Armamento tradicional do Exército de Gaza .....	64
Anexo M – Imagens de guerreiros vátuas .....	65
Anexo N-1 – Manuscrito do Decreto de 16 de Novembro de 1890, relativo a constituição das forças a enviar à Moçambique .....	66
Anexo N-2 – Manuscrito do Decreto de 9 de Março de 1895, relativo a rendição das forças existentes na Província de Moçambique .....	67
Anexo O – Dispositivos de marcha e de estacionamento .....	68
Anexo P-1 – Espingarda e carabina Enfield .....	69
Anexo P-2 – Carabina Westley-Richards.....	69
Anexo P-3 – Espingarda Snider.....	70
Anexo P-4 – Espingarda Martini.....	70
Anexo P-5 – Espingarda Castro Guedes .....	71
Anexo P-6 – Espingarda Kropatscheck.....	71
Anexo P-7 – Peça BEM 7cm m/882 .....	72
Anexo Q – Ordem de operações para o combate de Marracuene.....	73

<b>Anexo R – Figura representativa do combate de Marracuene.....</b>	<b>76</b>
<b>Anexo S – Imagem do combate de Marracuene.....</b>	<b>77</b>
<b>Anexo T – Constituição das colunas sul e norte.....</b>	<b>78</b>
<b>Anexo U – Figura representativa do combate de Magul.....</b>	<b>79</b>
<b>Anexo V – Imagem do combate de Magul.....</b>	<b>80</b>
<b>Anexo W – Composição da coluna de operações na marcha sobre Mandlakazi.....</b>	<b>81</b>
<b>Anexo X – Imagem representativa do combate de Coolela.....</b>	<b>82</b>

**Anexo A – A Conferência de Berlim**



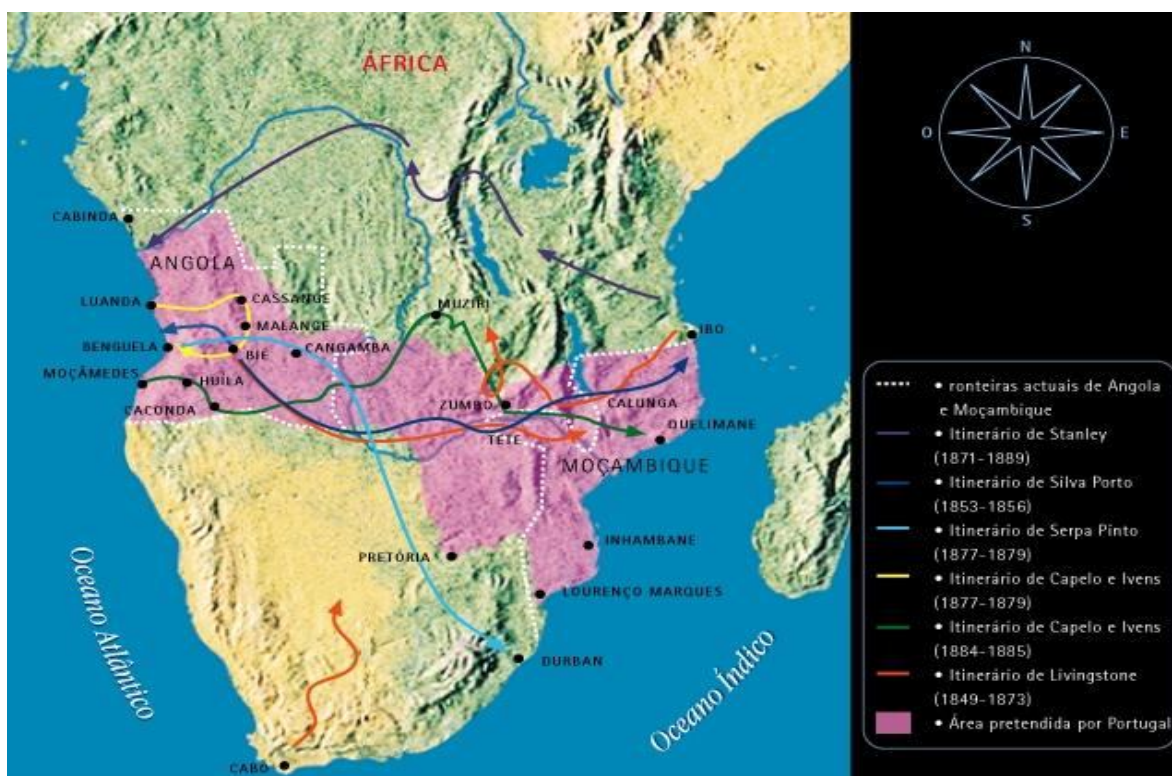
Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5c/Afrikakonferenz.jpg>

**Anexo B – Figura ilustrativa do Kraal**



Fonte: [http://www.kruger2canyons.com/learningcentre/kruger\\_people\\_sotho.php](http://www.kruger2canyons.com/learningcentre/kruger_people_sotho.php)

Anexo C – Imagens do “mapa cor-de-rosa”

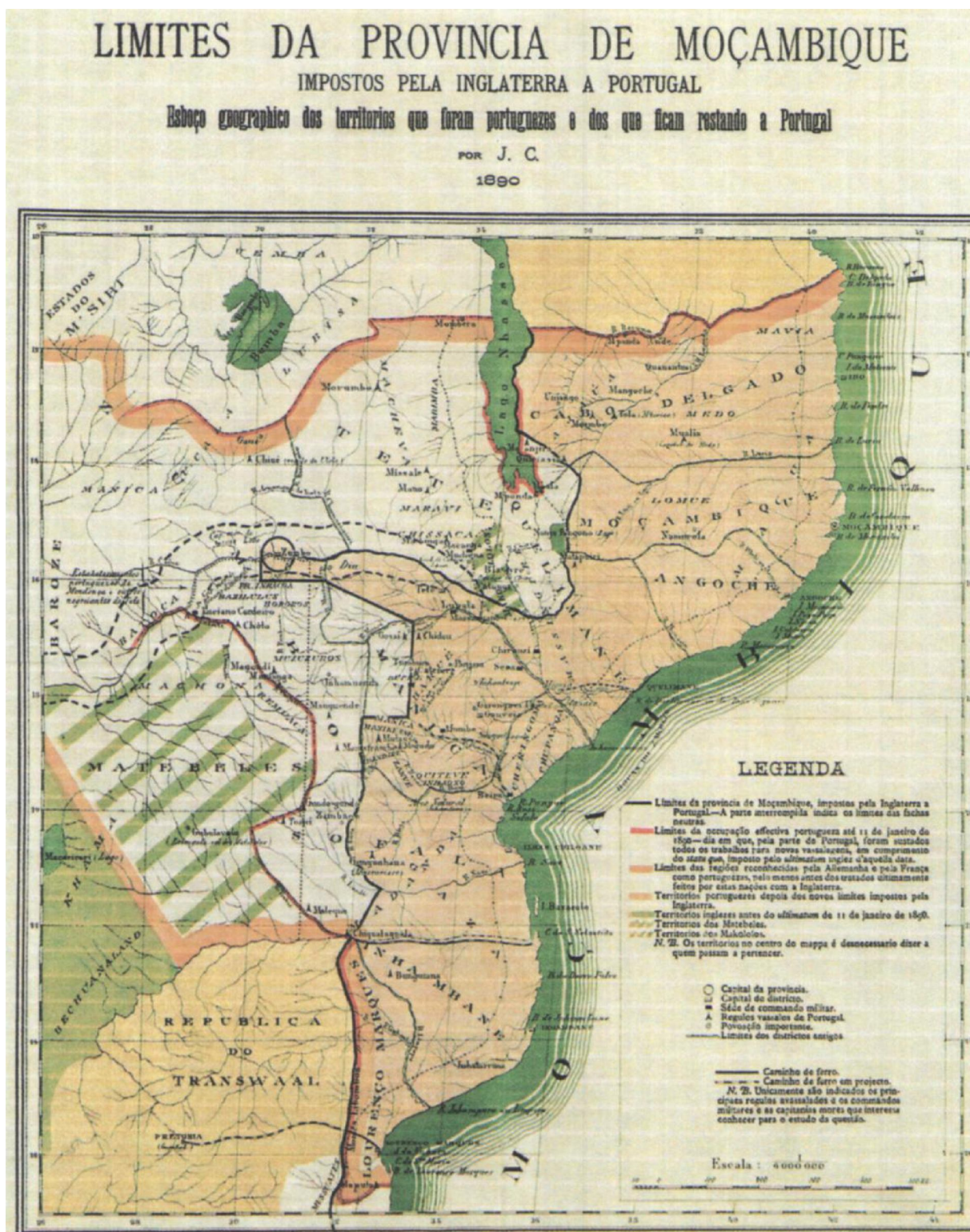


Fonte: [http://zeroum.no.sapo.pt/Republica/sb9\\_Republica\\_mapa\\_rosal.htm](http://zeroum.no.sapo.pt/Republica/sb9_Republica_mapa_rosal.htm)



Fonte: [http://purl.pt/93/1/iconografia/imagens/cc976a/cc976a\\_3.jpg](http://purl.pt/93/1/iconografia/imagens/cc976a/cc976a_3.jpg)

Anexo D – Mapa de Moçambique, limites da Província de Moçambique



Fonte: Teixeira, (drç), Nuno Severiano e Barata (drç), Manuel Themudo, Nova História Militar de Portugal, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004.

**Anexo E – O Tratado de 11 de Junho de 1891**

**TRATADO PARA REGULAR DEFINITIVAMENTE A DELIMITAÇÃO DAS RESPECTIVAS ESFERAS DE INFLUÊNCIA EM ÁFRICA E ASSEGURAR AS RELAÇÕES DE AMIZADE ENTRE AS DUAS POTÊNCIAS, ASSINADO EM LONDRES A 11 DE JUNHO DE 1891 ONDE FORAM TROCADAS AS RATIFICAÇÕES A 3 DE JULHO DO MESMO ANO**

*Artigo I*

A Grã-Bretanha concorda em reconhecer como compreendidos no domínio de Portugal na África Oriental, os territórios limitados:

1.º- Ao norte por uma linha que, subindo o curso do rio Rovuma, desde a sua foz até ao ponto de confluência do rio M'Singe, daí segue na direcção do Oeste o paralelo de latitude do ponto de confluência destes dois rios até à margem do Lago Niassa;

2.º- A Oeste por uma linha que, partindo do citado limite sobre o Lago Niassa, segue a margem Oriental deste lago na sua direcção Sul até ao paralelo 13°,30' de latitude Sul; corre daí na direcção Sueste até a margem Oriental do Lago Chiuta, à qual acompanha até ao seu extremo. Segue daí em linha recta até à margem Oriental do Lago Chilwa ou Chidua, pela qual continua até ao seu extremo limite a Sul e a Oriente; daí por uma recta até ao afluente mais oriental do rio Ruo, correndo com este afluente e seguindo subsequentemente pela linha média do leito do rio Ruo até à confluência deste com o rio Chire. Da confluência do Ruo e do Chire, a fronteira seguirá a linha central do leito do último destes rios, até a um ponto logo abaixo de Chiuanga. Daí correrá exactamente para Oeste até encontrar a linha divisória das águas entre o Zambeze e o Chire, e seguirá essa linha entre estes rios e depois entre o primeiro rio e o Lago Niassa até encontrar o paralelo 14° de latitude Sul. Daí correrá na direcção de Sudoeste até ao ponto em que o paralelo 15° de latitude Sul encontra o rio Aroangoa, e seguirá a linha média deste rio até à sua junção com o Zambeze.

*Artigo II*

Ao Sul do Zambeze os territórios compreendidos na esfera de influência portuguesa são limitados por uma linha que, partindo de um ponto fronteiro à embocadura do rio Aroangoa ou Loangoa, vai na direcção Sul até ao paralelo 160 latitude Sul, segue este paralelo até à sua intersecção com o 310 de longitude Leste Greenwich, corre para Leste direito ao ponto onde o 33° de longitude Leste de Greenwich corta o rio Mazoe e segue esse 33° para o Sul até à sua intersecção pelo paralelo de 18°,30' de latitude Sul; daí acompanha a crista da vertente oriental do planalto de Manica na sua direcção Sul até à linha média do leito principal do Save, seguindo por ele até à sua confluência com o Lunde, donde corta direito ao extremo Nordeste da fronteira da República Sul Africana, continuando pelas fronteiras orientais desta República e da Swazilândia até ao rio Maputo.

Fica entendido que ao traçar a fronteira ao longo da crista do planalto nenhum território a Oeste do meridiano de 32°,30 de longitude Leste de Greenwich será compreendido na esfera portuguesa, e que nenhum território a Leste do meridiano de 33° de longitude Leste de Greenwich ficará compreendido na esfera britânica. Esta linha sofrerá contudo, sendo necessário, a inflexão bastante para que Mutassa fique na esfera britânica e Macequece na esfera portuguesa.

*Artigo III*

A Grã-Bretanha obriga-se a não pôr obstáculos à extensão da esfera de influência portuguesa ao Sul de Lourenço Marques até uma linha que, partindo da confluência do rio Pongolo com o rio Maputo, segue o paralelo deste ponto até à costa marítima.

*Artigo IV*

Fica estabelecido que a linha divisória ocidental, separando a esfera de influência portuguesa na África Central, subirá o centro do leito do Zambeze superior, partindo das cataratas de Katima até ao ponto em que entra no território do reino de Barotse. Este território permanecerá incluído na esfera britânica, e os seus limites ocidentais, que constituirão a linha divisória entre as esferas de influência inglesa e portuguesa, serão traçados por uma comissão mista anglo-portuguesa, que terá a faculdade, em caso de discordância de pareceres, de nomear um árbitro de desempate. Fica entendido por ambas as partes, que as disposições deste Artigo não poderão ferir os direitos existentes de

qualquer outro Estado. Sob esta reserva a Grã-Bretanha não se oporá à extensão da administração de Portugal até aos limites do Barotse.

*Artigo V*

Portugal concorda em reconhecer, como compreendidos na esfera de influência britânica ao norte do Zambeze, os territórios que da linha traçada pela comissão mixta a que se refere o Artigo antecedente, vão até ao Lago Niassa, incluindo as ilhas daquele lago ao sul do paralelo 11°,30' latitude sul até aos territórios reservados a Portugal pela linha descrita no Art.º 1.º.

*Artigo VI*

Portugal concorda em reconhecer, como compreendidos na esfera de influência britânica ao sul do Zambeze, os territórios limitados a leste e nordeste pela linha descrita no Art.º 2.º.

*Artigo VII*

Todas as linhas de demarcação traçadas nos Artigos 1.º a 6.º serão por acordo entre as duas potências, rectificáveis em harmonia com as necessidades locais. As duas potências acordam em que no caso de uma delas desejar alienar quaisquer territórios, ao sul do Zambeze, incluídos na sua esfera de influência pelos presentes Artigos, será reconhecido à outra o direito de preferência a esses territórios ou a qualquer parte deles, sob condições idênticas às condições que tiverem sido propostas.

*Artigo VIII*

Cada uma das potências obriga-se a não intervir na esfera de influência que respectivamente for determinada à outra pelos Artigos 1.º a 6.º Nenhuma das potências fará aquisições, celebrará tratados, aceitará direitos soberanos, ou protectorados na esfera da outra. Fica entendido que nem companhias, nem particulares dependentes de uma das potências poderão exercer direitos soberanos na esfera reconhecida à outra, a não ser que para isso tenham o consentimento desta.

*Artigo IX*

As concessões comerciais ou mineiras e os direitos de propriedade, de companhias ou indivíduos dependentes de uma das duas potências, serão reconhecidos na esfera da outra potência quando devidamente se prove a sua validade das concessões mineiras feitas pela

autoridade legítima, numa área de 30 milhas para um ou outro lado da fronteira ao sul do Zambeze, será nomeado de comum acordo um tribunal arbitral. Fica entendido que tais concessões serão exploradas em harmonia com as leis e regulamentos locais.

*Artigo X*

Em todos os territórios da África oriental e central pertencentes às duas potências, ou sob a influência delas, gozarão os missionários de uma e outra nação de plena protecção. Fica garantida a tolerância religiosa e a liberdade de todos os cultos e ensino religioso.

*Artigo XI*

Ao trânsito de mercadorias pelos territórios portugueses situados entre a costa oriental e a esfera britânica não serão impostos, por um prazo de vinte e cinco anos, contados da ratificação desta convenção, direitos que excedam 3 por cento, quer na importação, quer na exportação. Esses direitos em caso algum terão carácter diferencial, e não excederão os direitos aduaneiros estabelecidos sobre as mesmas mercadorias nos referidos territórios.

O governo de Sua Majestade Britânica terá a opção dentro do prazo de cinco anos, contados da data da assinatura deste acordo, para pedir a liberdade do trânsito para o resto do prazo de vinte e cinco anos, mediante o pagamento de uma soma que corresponda à capitalização dos direitos anuais durante esse prazo, calculados na razão de 30.000 libras esterlinas por ano.

A moeda e os metais preciosos de qualquer espécie serão importados e exportados para dentro e para fora da esfera britânica sem pagamento de direitos de trânsito. Fica entendido que haverá liberdade para os súbditos e mercadorias de ambas as potências atravessarem tanto o Zambeze como os distritos marginais do lado esquerdo do rio, e situados acima da confluência do Chire, e ainda os distritos marginais do lado direito do Zambeze situados acima da confluência do rio Luenha (Ruenga), sem que a essa passagem seja posto qualquer obstáculo, e sem pagamento de direitos de trânsito.

Fica outrossim entendido que, nos distritos acima mencionados, cada uma das potências terá, tanto quanto for razoavelmente necessário para o estabelecimento das comunicações entre territórios que estão sob a sua influência, o direito de construir estradas, caminhos-de-ferro, pontes e linhas telegráficas através dos distritos pertencentes à outra potência. As duas potências gozarão nestas zonas da faculdade de adquirir em condições razoáveis o

terreno necessário para tais fins, sendo-lhes também concedidas as demais facilidades indispensáveis.

Portugal terá iguais direitos nos territórios britânicos das margens do Chire e nos territórios britânicos compreendidos entre o território português e as margens do lago Niassa. Qualquer caminho-de-ferro, construído por uma potência no território da outra, ficará sujeito às leis e regulamentos locais, estabelecidos por acordo entre os dois governos, e, no caso de divergência de opinião, submetidos à arbitragem, conforme fica abaixo indicado. Facilitar-se-á igualmente, entre os dois limites acima mencionados, a construção, sobre os rios, de cais e desembarcadouros com destino ao comércio ou navegação. As divergências de parecer entre os dois governos sobre a execução das suas obrigações respectivas provenientes das disposições do parágrafo antecedente, serão submetidas à arbitragem de dois peritos escolhidos respectivamente por cada uma das potências, que nomearão um árbitro de desempate, cuja decisão, no caso de divergência dos dois árbitros, será sem apelação. Se os dois peritos não concordarem sobre a escolha do árbitro de desempate, será este nomeado por uma potência neutra, e designada pelos dois governos. Todos os materiais para a construção de estradas, vias férreas, pontes e linhas telegráficas terão entrada livre de direitos.

#### *Artigo XII*

A navegação do Zambeze e do Chire, incluindo todas as suas ramificações e embocaduras, será completamente livre para navios de todas as nacionalidades. O governo português concorda em permitir e facilitar o trânsito de pessoas e de mercadorias de toda a espécie, pelas vias fluviais, do Zambeze, do Chire do Pungue, do Busio, do Limpopo, do Save, e dos tributários destes, bem como pelos caminhos terrestres que sirvam de meios de comunicação onde os rios não forem navegáveis.

#### *Artigo XIII*

Os navios mercantes das duas potências terão no Zambeze e nas suas ramificações e embocaduras, quer em carga, quer em lastro, igual liberdade de navegação para o transporte de mercadorias ou passageiros. No exercício desta navegação os súbditos e as bandeiras de uma e outra potência gozarão em todas as ocasiões de uma completa igualdade, não só no que disser respeito à navegação directa do mar alto para os portos interiores do Zambeze e *vice-versa*, como à navegação de grande e pequena cabotagem, e ao comércio efectuado em botes em todo o curso do rio. Não haverá por consequência em

todo curso do Zambeze ou nas suas embocaduras direitos diferenciais para os súbditos de uma ou outra potência; e nenhum privilégio exclusivo de navegação será por uma ou outro concedido a quaisquer companhias, corporações ou particulares.

A navegação do Zambeze não será sujeita a restrição ou obrigação fundada exclusivamente no facto da navegação. Não lhe será imposta obrigação alguma enquanto a lugares de desembarque, ou a depósito de mercadorias, nem por descarga parcial ou arribada forçada em qualquer que seja a sua proveniência ou destino.

Não será lançado imposto algum marítimo ou fluvial baseado no facto único da navegação, nem serão colectadas as mercadorias a bordo dos navios. Serão unicamente percebidos os impostos ou direitos que signifiquem uma retribuição por serviços prestados à própria navegação. A tarifa destes impostos ou direitos não estabelecerá tratamento algum diferencial. Os afluentes do Zambeze ficam a todos os respeitos sujeitos às disposições que regem o rio de que são tributários. As estradas, os caminhos, as vias férreas e os canais laterais construídos com o fim especial de corrigir as imperfeições da via fluvial em certas secções do curso do Zambeze, seus afluentes, ramificações e embocaduras, serão, na sua qualidade de meios de comunicação, considerados dependências do rio e como tais igualmente abertos ao comércio das duas potências. E, conforme sucede para com o rio, serão percebidas nestas estradas, vias-férreas e canais apenas as taxas correspondentes ao custo da construção, custeio e exploração, e proventos devidos aos iniciadores.

Relativamente às tarifas destas taxas, tanto os estrangeiros como os indígenas dos territórios respectivos, serão tratados com completa igualdade. Portugal obriga-se a estender os princípios de livre navegação enunciados neste Artigo a todas as águas do Zambeze e de seus afluentes, ramificações e embocaduras, que estão ou vierem a estar sob a sua soberania, protecção ou influência. Os regulamentos que Portugal estabelecer para a segurança e fiscalização da navegação serão elaborados, de modo a facilitar quanto possível a circulação de navios mercantes.

A Grã-Bretanha aceita, sob as mesmas reservas e em termos idênticos, as obrigações impostas nos Artigos antecedentes e extensivas a todas as águas do Zambeze e de seus afluentes, ramificações e embocaduras, que estão ou vierem a estar sob a sua soberania, protecção ou influência. Todas as questões a que derem motivam as disposições destes Artigo serão sujeitas a uma comissão mista, e, em caso de desacordo, à arbitragem.

Qualquer outro sistema de administração e de fiscalização do Zambeze poderá por consenso comum das potências fluviais substituir as disposições acima expostas.

#### *Artigo XIV*

No interesse de uma e outra potência, Portugal concorda em permitir a completa liberdade de passagem entre a esfera de influência britânica e a baía de Pungue, para mercadorias de toda a espécie, e em proporcionar as indispensáveis facilidades para melhorar os meios de comunicação. O governo português concorda em construir um caminho-de-ferro entre o Pungue e a esfera britânica. O estudo desta linha estará terminado dentro de seis meses, e os dois governos combinarão o período dentro do qual o caminho-de-ferro será começado e concluído. Se não se chegar a acordo, os dois governos escolherão uma potência neutra, que designará uma companhia, como sendo, na sua opinião, competente para a imediata execução dos trabalhos, e com o qual o governo português contratará a construção do caminho-de-ferro. A dita companhia terá todas as faculdades necessárias para aquisição de terrenos, corte de madeiras e livre importação e fornecimento de materiais e de braços.

O governo português construirá directamente ou contratará a construção de uma estrada a partir do extremo ponto navegável do Pungue ou de outro rio que possa reconhecer-se como mais aproveitável para o comércio, até à esfera britânica; e construirá ou contratará a construção na baía de Pungue e nesse rio dos necessários desembarcadouros. Fica entendido que não serão impostos nas mercadorias em trânsito pelo rio, pela estrada ou pelo caminho-de-ferro, direitos alguns excedentes ao *maximum* de 3 por cento conforme as condições estipuladas no Art.º 11.º.

#### *Artigo XV*

Portugal e a Grã-Bretanha obrigam-se a facilitar as comunicações telegráficas nas suas esferas respectivas. As estipulações contidas no Art.º 14.0 relativas à construção da via-férrea da baía do Pungue para o interior serão em tudo aplicáveis à construção de uma linha telegráfica ligando a costa e a esfera britânica ao sul do Zambeze. As questões sobre os pontos de partida e de terminação da linha, ou sobre quaisquer outros pormenores à arbitragem de peritos sob as condições prescritas no Art.º11.0. Portugal concorda em manter o serviço telegráfico entre a costa e o rio Ruo, e o serviço por esta linha para os súbditos das duas potências não terá qualquer tratamento diferencial.

Portugal e a Grã-Bretanha acordam em proporcionar todas as facilidades para a ligação das linhas telegráficas construídas nas suas esferas respectivas. Os pormenores relativos a esta ligação, como também à fixação das tarifas combinadas e mais encargos serão, na falta de acordo, submetidos à arbitragem de peritos sob as condições já prescritas no Art.º 11.0.

*Artigo XVI*

A presente Convenção será ratificada e as ratificações serão trocadas em Londres ou em Lisboa no mais curto prazo possível. Em testemunho do que os respectivos plenipotenciários assinaram a presente Convenção, e lhe puseram o selo das suas armas. Feito em duplicado em Lisboa aos onze dias do mês de Junho do ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e noventa e um.

**Anexo F – António Ennes**



Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8e/Antonio\\_Jose\\_Ennes.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8e/Antonio_Jose_Ennes.jpg)

**Anexo G – Mouzinho de Albuquerque**



Fonte: <http://queluz-monteabraao-massama.blogspot.com/2008/04/34-largo-mouzinho-de-albuquerque.html>

**Anexo H-1 – Ngungunyani**



Fonte: [http://media.photobucket.com/image/gungunhana/dr/Bakali/Ngungunhane\\_Gungunhana.jpg](http://media.photobucket.com/image/gungunhana/dr/Bakali/Ngungunhane_Gungunhana.jpg)

**Anexo H-2 – Ngungunyani e suas esposas**



Fonte: <http://www.flickr.com/photos/10834836@N02/2665793708>

Anexo I - Manuscrito do pedido de autorização para Ngungunyani embarcar para os Açores na canhoeira Zambeze

SECRETARIA D'ESTADO  
dos Negocios  
da Marinha e Ultramar  
Direcção Geral do Ultramar  
4.ª Repartição  
1.ª Secção  
N.º 713

*Argentinissimo.*

*Natu i' t. dev' e Affusquiel*  
*sem. Ep. Sem.*  
*2256*  
*22-5-96*

*sem. Ep. Sem.*  
*2256*  
*22-5-96*

Devido faltar amanha para os Açores a canhoeira "Zambeze", encarrega-me sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar de rogar a V. Ex.<sup>a</sup> se digue solicitar do Ex. Sr. Ministro da Guerra a precisa auctorisação para serem dadas por esse ministerio as ordens convenientes, a fim de Ngungunyani e os tres individuos que com elle vieram de Moçambique (Tichacha, Godide e Malungo) saírem a bordo da mesma canhoeira, convindo que o embarque se realice hoje, pelas 8 horas da noite.

Deus Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>  
Secretaria d'Estado dos Negocios da Mar.<sup>a</sup>  
e Ultramar, em 22 de julho de 1896.

Affusquiel  
Ex. Sr. Director geral da  
Secretaria da guerra -

*1. 2. 9. 5*  
*22-6-96*

O director geral  
Francisco de Sá

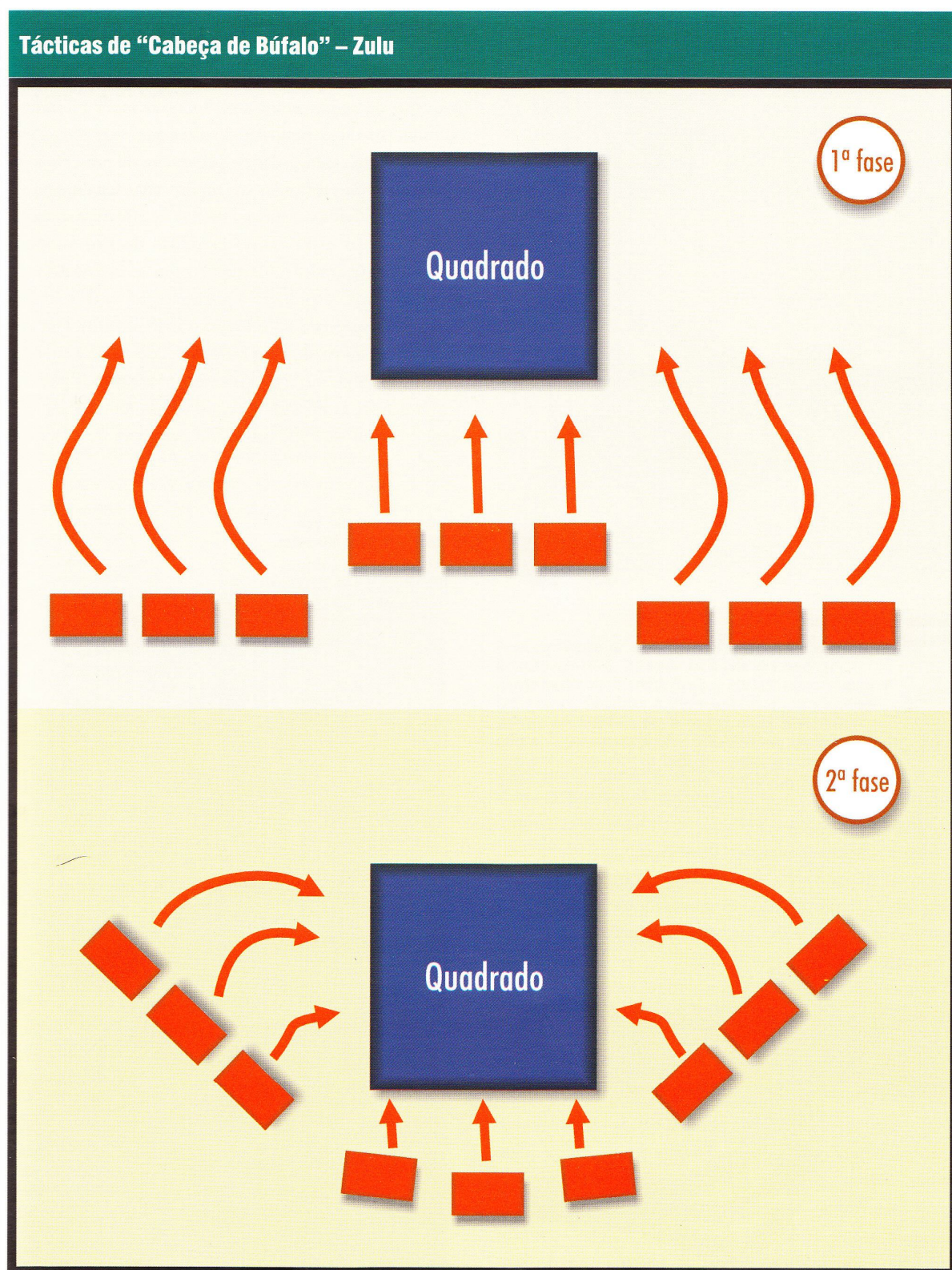
Fonte: Arquivo Histórico Militar

**Anexo J – Guerreiro Vátua**



Fonte: <http://samilitaryhistory.org/vo044sba.jpg>

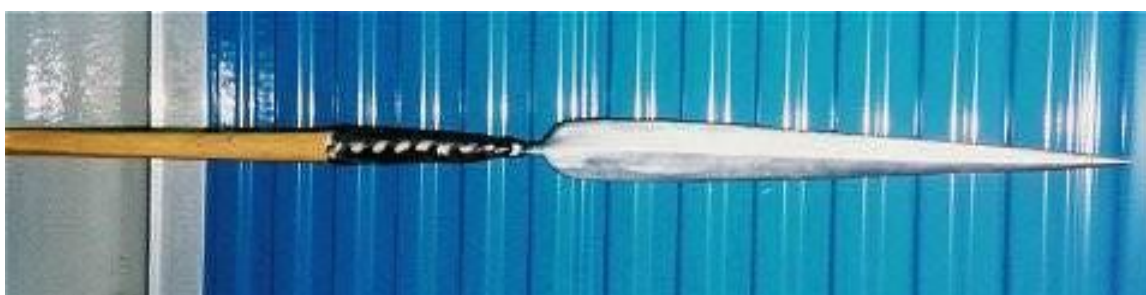
Anexo K – Tática de “cabeça de búfalo”



Fonte: Telo, António José, Moçambique 1895 – A Campanha de Todos os Heróis, Lisboa, Tribuna, 2004.

## **Anexo L – Armamento tradicional do Exército de Gaza**

### **Azagaia**



Fonte: <http://www.rtraders.com/weapons/ngoni-spears.htm>

### **Escudo**



Fonte: <http://www.rtraders.com/Shields/zulu9.htm>


**Anexo M – Imagens de guerreiros vátuas**



Fonte: <http://robertrevels.blogspot.com/2009/01/zuluanglo.html>

Anexo N-1 - Manuscrito do Decreto de 16 de Novembro de 1890, relativo a constituição das forças a enviar à Moçambique

Attendendo ás circumstancias extraordinarias em que se encontra a provincia de Moçambique, na Africa oriental; e sendo urgente reforçar as tropas da sua guarnição, hei por bem decretar o seguinte: - Artigo primeiro. Que um corpo de tropas, miúdo, do exercito do continente, seja posto immediatamente á disposição do ministerio dos negocios da marinha e ultramar, para embarcar com destino á referida provincia. - Artigo segundo. Este corpo, que se denominará corpo expedicionario de Moçambique, será constituido por um batalhão de infantaria, uma bateria de artilheria de montanha, uma companhia de artilheria de posição, uma companhia mista do regimento de enfermagem, uma secção de serviço de saúde, uma secção de administração militar e uma secção de material de guerra. - Artigo terceiro. As condições, vencimentos e vantagens com que o referido corpo vai prestar serviço na indicada provincia, constam das instrucções annexas a este Decreto, e que não assignadas pelo general de brigada, director geral da secretaria da guerra, Caetano Pereira Sanchez de Castro. - O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra, e o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, fiquem assim o tenham entendido e façam executar. Caxo, em dezesseis de dezembro de mil oitocentos e noventa.




King  
João Theophylactus de Sousa  
e Sousa

Fonte: Arquivo Histórico Militar

Anexo N-2 – Manuscrito do Decreto de 9 de Março de 1895, relativo a rendição das forças existentes na Província de Moçambique

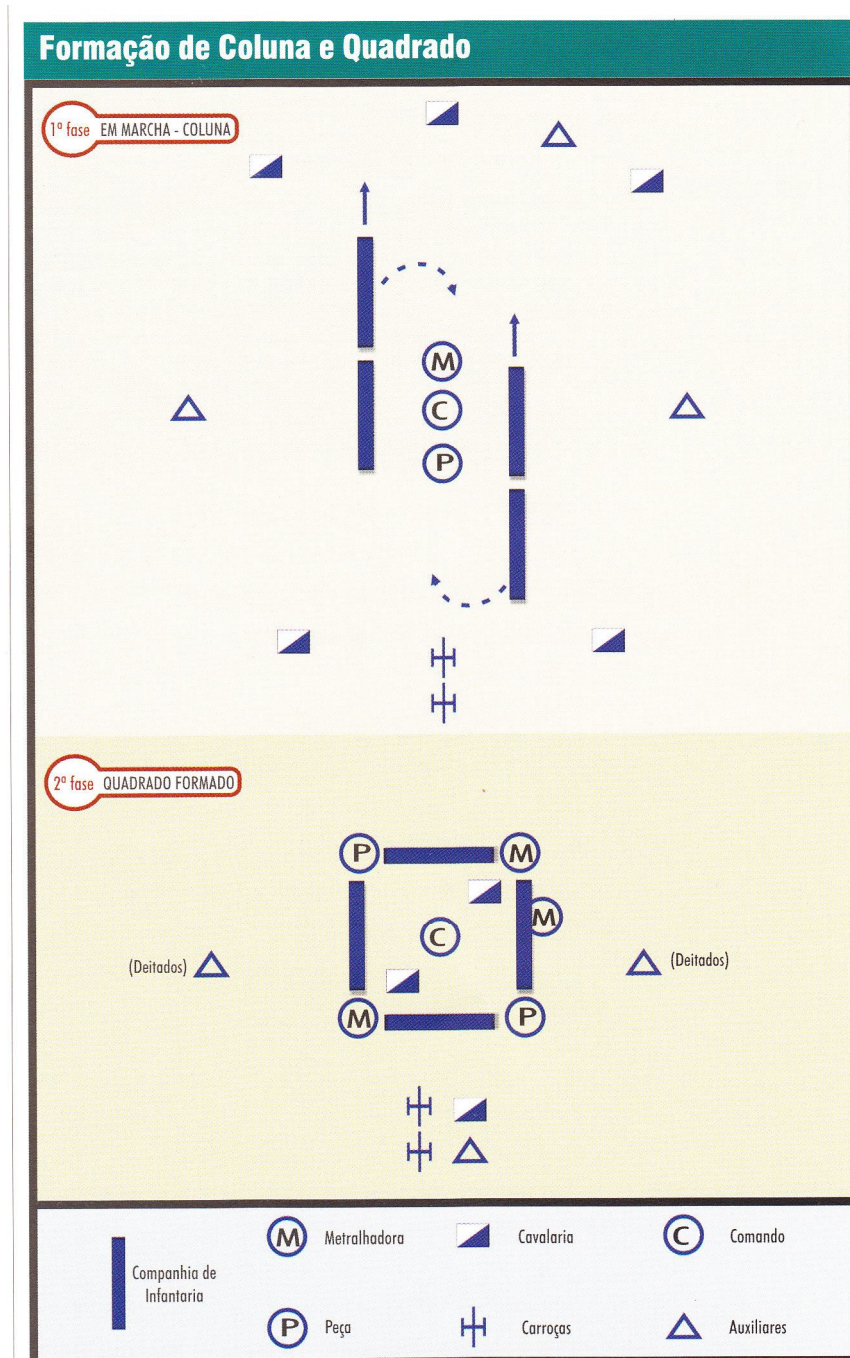
Convidando enviar para Lourenço Marques forças mais numerosas, e desempenho dos serviços de preparação e afirmação do nosso domínio na região sub. de Moçambique, e bem assim substituir o batalhão numero dois de caçadores da Rainha que para ali marchou em outubro ultimo, garantindo-se assim as forças enviadas da metropole a rendição regular no arduo serviço que as necessidades publicas d'ellas reclamam n'aquella provincia: hei por bem decretar o seguinte: Artigo primeiro. Que sejam postos a disposição do ministerio dos negocios da marinha e ultramar para embarcarem com destino a Lourenço Marques, dois batalhões de infantaria, um esquadrão de cavallaria, uma companhia de artilheria de guarnição, uma secção de artilheria de montanha, uma companhia mista de engenharia e as secções de serviços de saúde, da administração militar e de material de guerra correspondentes, aquellas forças cujos effectivos vão designados no mappa A. Artigo segundo. Que a parte da força a como indicada constante do mappa B, siga viagem no dia doze do corrente mes, ficando a restante de prevenção e prompto a embarcar logo que para isso receber ordem. Artigo terceiro. Que aos officiaes e praças de pret que constituem as forças que vão prestar serviços no indicado districto de Lourenço Marques sejam concedidas as vantagens e regalias expressas nas instruções annexas ao decreto de dezanove de dezembro de mil setecentos e noventa e seis, na ordem do exercito numero quarenta e seis do mesmo anno. O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios da guerra, e o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em nove de março de mil setecentos noventa e cinco.



*Luiz*  
Luiz Augusto Pinheiro  
José Augusto Ferraz de Almeida

Fonte: Arquivo Histórico Militar

Anexo O – Dispositivos de marcha e de estacionamento



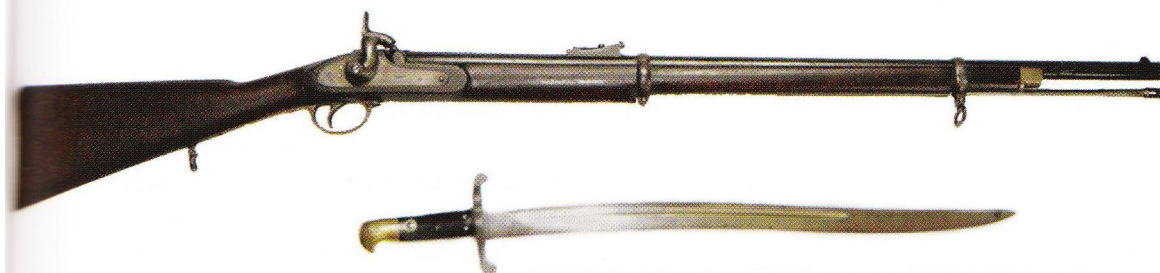
Fonte: Telo, António José, Moçambique 1895 – A Campanha de Todos os Heróis, Lisboa, Tribuna, 2004.

## Anexo P-1 – Espingarda e carabina Enfield

### ESPINGARDA E CARABINA ENFIELD



Espingarda de infantaria 14 mm m/859 Enfield  
Carabina de caçadores 14 mm m/859 Enfield  
Carabina de artilharia 14 mm m/860 Enfield (Arsenal do Exército)



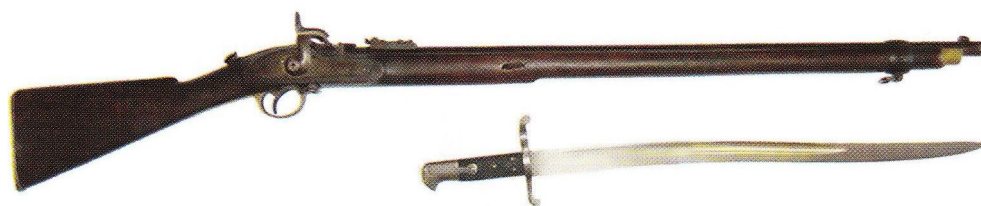
Fonte: Telo, António José e Álvares, Mário, Armamento do Exército Português, Volume I – Armamento Ligeiro, Prefácio, 2004.

## Anexo P-2 – Carabina Westley-Richards

### CARABINA WESTLEY-RICHARDS



Carabina de caçadores 11 mm m/867 Westley-Richards  
Carabina de cavalaria 11 mm m/867 Westley-Richards  
Carabina de artilharia 11 mm m/873 Westley-Richards



Fonte: Telo, António José e Álvares, Mário, Armamento do Exército Português, Volume I – Armamento Ligeiro, Prefácio, 2004.

### **Anexo P-3 – Espingarda Snider**

#### **ESPINGARDA SNIDER**



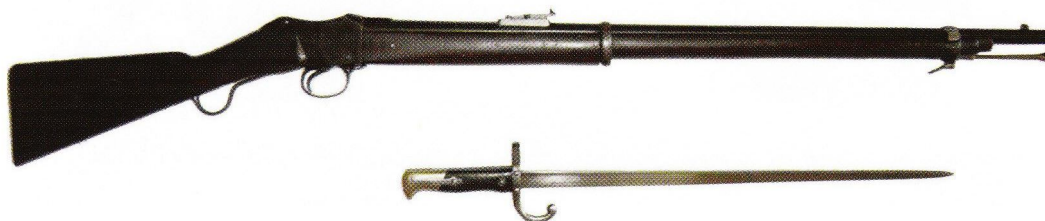
Espingarda m/872 Snider



Fonte: Telo, António José e Álvares, Mário, Armamento do Exército Português, Volume I – Armamento Ligeiro, Prefácio, 2004.

### **Anexo P-4 – Espingarda Martini**

#### **ESPINGARDA MARTINI**



Fonte: Telo, António José e Álvares, Mário, Armamento do Exército Português, Volume I – Armamento Ligeiro, Prefácio, 2004.

**Anexo P-5 – Espingarda Castro Guedes**

**ESPINGARDA CASTRO GUEDES**



Espingarda de 8 mm m/886 Castro Guedes



Fonte: Telo, António José e Álvares, Mário, Armamento do Exército Português, Volume I – Armamento Ligeiro, Prefácio, 2004.

**Anexo P-6 – Espingarda Kropatschek**

**ESPINGARDA KROPATSCHEK**

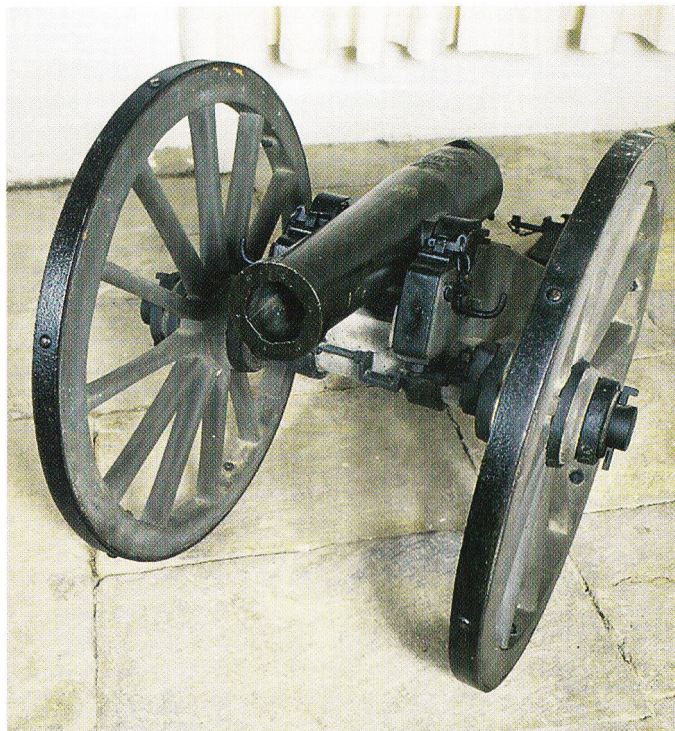


Espingarda de 8 mm m/886 Kropatschek



Fonte: Telo, António José e Álvares, Mário, Armamento do Exército Português, Volume I – Armamento Ligeiro, Prefácio, 2004.

**Anexo P-7 – Peça BEM 7cm m/882**



Fonte: Teixeira, (drç), Nuno Severiano e Barata (drç), Manuel Themudo, Nova História Militar de Portugal, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004.

## **Anexo Q – Ordem de operações para o combate de Marracuene**

### **Estado-maior**

Comandante – o Major do Batalhão de Caçadores nº2, José Ribeiro Júnior

2º Comandante – o Major de Infantaria, Alfredo Augusto Caldas Xavier

Chefe de Estado-Maior – o Capitão do corpo do estado-maior, Eduardo Ferreira da Costa

Adjuntos – os Tenentes do corpo do estado-maior, Ayres de Ornellas, e de Artilharia, Henrique de Paiva Couceiro

Oficiais as ordens – o Alferes ajudante do Batalhão de Caçadores nº2, Virgílio dos Santos e o Alferes em comissão na província, Raul Costa

Chefe do serviço de Saúde – o cirurgião ajudante de caçadores nº2, Ignacio França

Vaguemestre da coluna – Alferes, em comissão na província, José Francisco

### **Tropas**

#### **Infantaria**

- Três Pelotões de Caçadores nº2: 12 oficiais e 300.
- Quatro Pelotões de Caçadores nº3 de África oriental: 8 oficiais e 307.
- Um pelotão de Infantaria da província de Lourenço Marques: 3 oficiais e 73 praças.

#### **Cavalaria**

- Secção de Cavalaria da polícia de Lourenço Marques: 1 oficial, 22 praças e 23 cavalos.

#### **Artilharia**

- Bateria de Artilharia de Montanha: 4 peças de montanha, 2 metralhadoras Nordenfelt; 4 oficiais, 83 praças, 4 cavalos e 24 mulas.

**Total:** 28 oficiais, 782 praças, 27 cavalos e 24 mulas.

### **Municiamento**

- Cada praça leva 80 cartucho, sendo 20 na bolsa e 60 numa das mochilas de víveres.
- Cada praça de Cavalaria leva 60 cartuchos.
- Os serventes de Artilharia levam 30 cartuchos
- Cada peça vai munida com 35 tiros e cada metralhadora com 6.000 cartuchos.
- No trem de combate irão 40 cartuchos por cada praça europeia e 20 por cada indígena.

### **Armamento e equipamento**

- Não é permitido aos oficiais o uso de carabina, é facultativo, para os de infantaria, o uso da espada, e obrigatório para todos o do revólver.
- Cada praça de infantaria e artilharia levará 2 mochilas de víveres, sendo uma destinada às rações e outra aos artigos de fardamento e cartuchame;
- As praças do corpo da polícia não levam revolver, os corneteiros não levam carabina e todas as praças levam cantil. Os sapadores de infantaria não transportam pás nem picaretas.

### **Organização da coluna**

- a) Guarda avançada e serviço de segurança: Pelotão de Cavalaria da Polícia; 1º Pelotão de Caçadores de África; 1º Pelotão de Caçadores nº2; 1 Secção de Artilharia.
- b) Corpo principal: 1º e 3º Pelotões de Caçadores nº2; bateria de Artilharia e metralhadoras; Infantaria da Polícia e trem de combate.
- c) Guarda da retaguarda: 3º Pelotão de Caçadores de África.

### **Formação da coluna**

- a) Testa da guarda avançada: 1º Pelotão de Caçadores de África, dividido em grupos de 6 a 8 homens, explorando o terreno para um e outro lado da estrada até 200 metros ou 250 metros de distancia; 4 soldados de Cavalaria da polícia a 100 metros de distância.
- b) Flanqueadores: todos os outros soldados de Cavalaria dividir-se-ão em grupos de 2, e acompanham a coluna a 200 metros de intervalo para um e outro lado da estrada, marchando sempre a altura da fracção de Infantaria, que lhes for indicada pelo comandante da guarda avançada (Major Caldas Xavier).
- c) Corpo da guarda avançada: 1º Pelotão de Caçadores nº2 em coluna de secções, marchando pelo flanco, a 100 metros de distância da patrulha de Cavalaria, cada secção a um lado da estrada e com 60 metros de intervalo. A secção de Artilharia segue pela estrada em linha à altura das secções do Pelotão.
- d) Corpo principal: 2º e 3º Pelotões de Caçadores nº2, marchando um por cada lado da estrada, a 50 metros de distancia das secções da guarda avançada, e cobrindo-se com ela; Pelotão de Infantaria de Polícia em coluna de secções, marchando pelo flanco e cobrindo-se com as secções de caçadores nº2, a 20 metros de distância. Bateria de Artilharia, 2 peças em linha, à altura do flanco avançado dos pelotões do corpo principal; 1 metralhadora seguindo imediatamente.
- e) Trem de combate: carros de munições e ambulância a 2 de frente; 6 burros com munições e 1 metralhadora a 20 metros de distância.
- f) Guarda da retaguarda: 3º Pelotão de Caçadores de África a 20 metros de distância do trem de combate, destacando uma esquadra para a extrema guarda da retaguarda, a 29 metros de distância, para explorar o terreno em cada flanco, fazendo a ligação com os flanqueadores.

### **Formação do quadrado**

- a) A face da frente forma a linha pelos flancos das secções, as faces laterais unem-se à da frente ou da retaguarda, conforme for o lado do ataque, invertendo o flanco exterior. As faces deixam entre os flancos mais próximos intervalos de 10 a 20 metros.
- b) As peças mais próximas dirigem-se para os flancos da face ameaçada. As outras e as metralhadoras tomam o lugar que lhes for indicado.
- c) A Infantaria da polícia forma a face da retaguarda, formando em linha e invertendo a frente á retaguarda.
- d) O trem de combate une-se á frente, entra para dentro do quadrado e forma em linha ao meio das faces.
- e) Os pelotões de caçadores retiram para o interior do quadrado vertendo ao longo do flanco menos ameaçado.
- f) A Cavalaria procede de modo idêntico, indo formar, apeada, ao lado da Infantaria de polícia.

### **Regras para o combate**

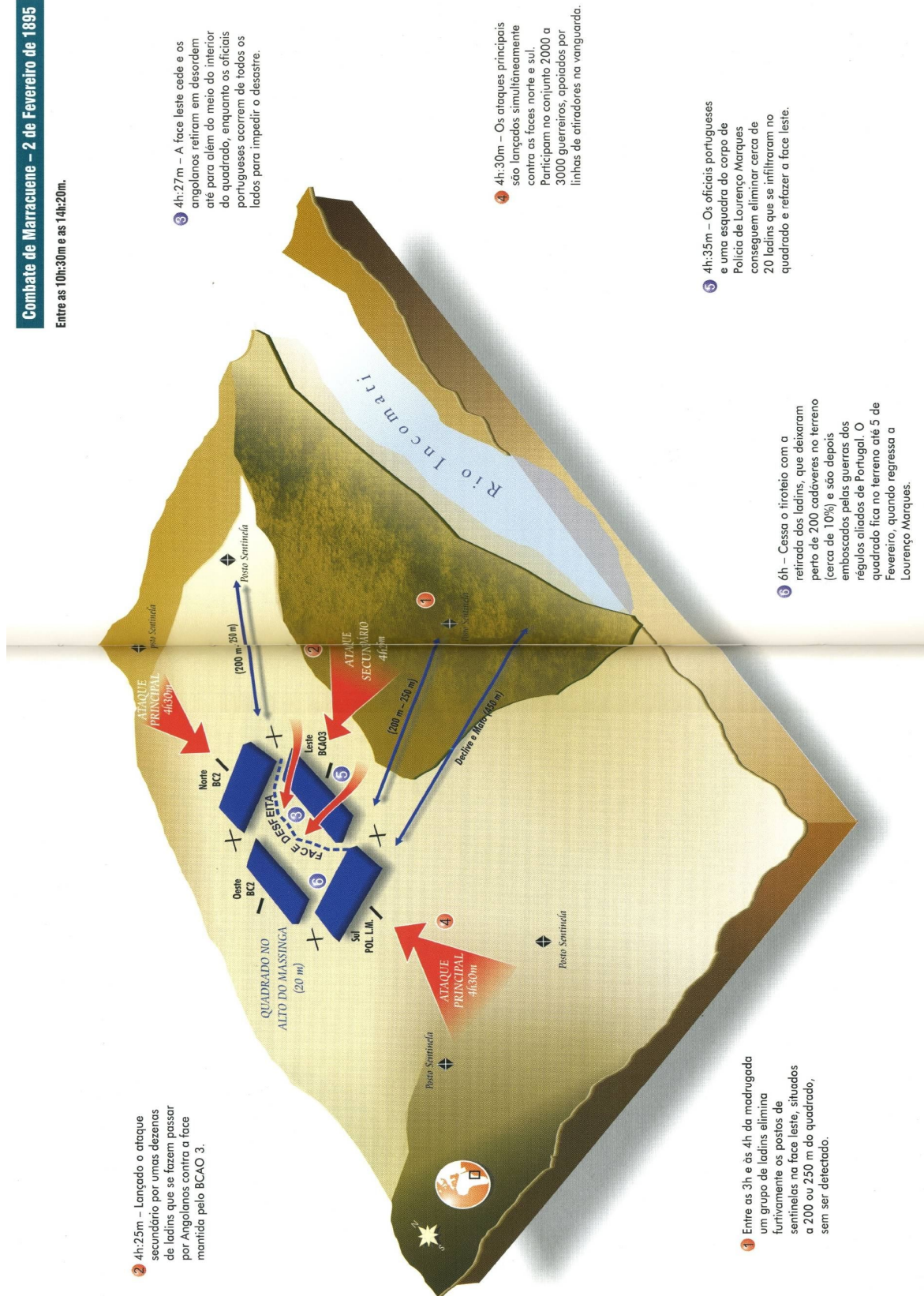
- a) A Artilharia procurava não abrir fogo a mais de 700 metros, e quando possível não passara de 600 metros. Só circunstâncias excepcionais, como na perseguição, ou quando grandes massas inimigas se apresentem distintamente, poderão fazer anular essa regra.
- b) É expressamente proibido o fogo à vontade pela Infantaria. As faces só empregam o tiro por descargas e fileiras, fazendo ajoelhar, sempre que seja possível a fileira da frente.
- c) O fogo da Infantaria não deverá abrir a mais de 400 metros. Podem, porém, circunstancias excepcionais apreciadas pelo comandante da face ou pelo da coluna, elevar a distância a 600 metros.
- d) O fogo de repetição só deverá começar a 160 metros, e será feito por descargas.
- e) Ao toque de formar quadrado, os comandantes de pelotão mandarão armar baionetas.

Fonte: Ornelas, Ayres de; Couceiro, Henrique; Costa, Eduardo da; Albuquerque, Mousinho de, A Campanha das Tropas Portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane, Lisboa, M. Gomes, 1897.

Anexo R – Figura representativa do combate de Marracuene

**Combate de Marracuene – 2 de Fevereiro de 1895**

Entre as 10h:30m e as 14h:20m.



Fonte: Telo, António José, Moçambique 1895 – A Campanha de Todos os Heróis, Lisboa, Tribuna, 2004.

**Anexo S – Imagem do combate de Marracuene**



Fonte: Teixeira, (drç), Nuno Severiano e Barata (drç), Manuel Themudo, Nova História Militar de Portugal, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004.

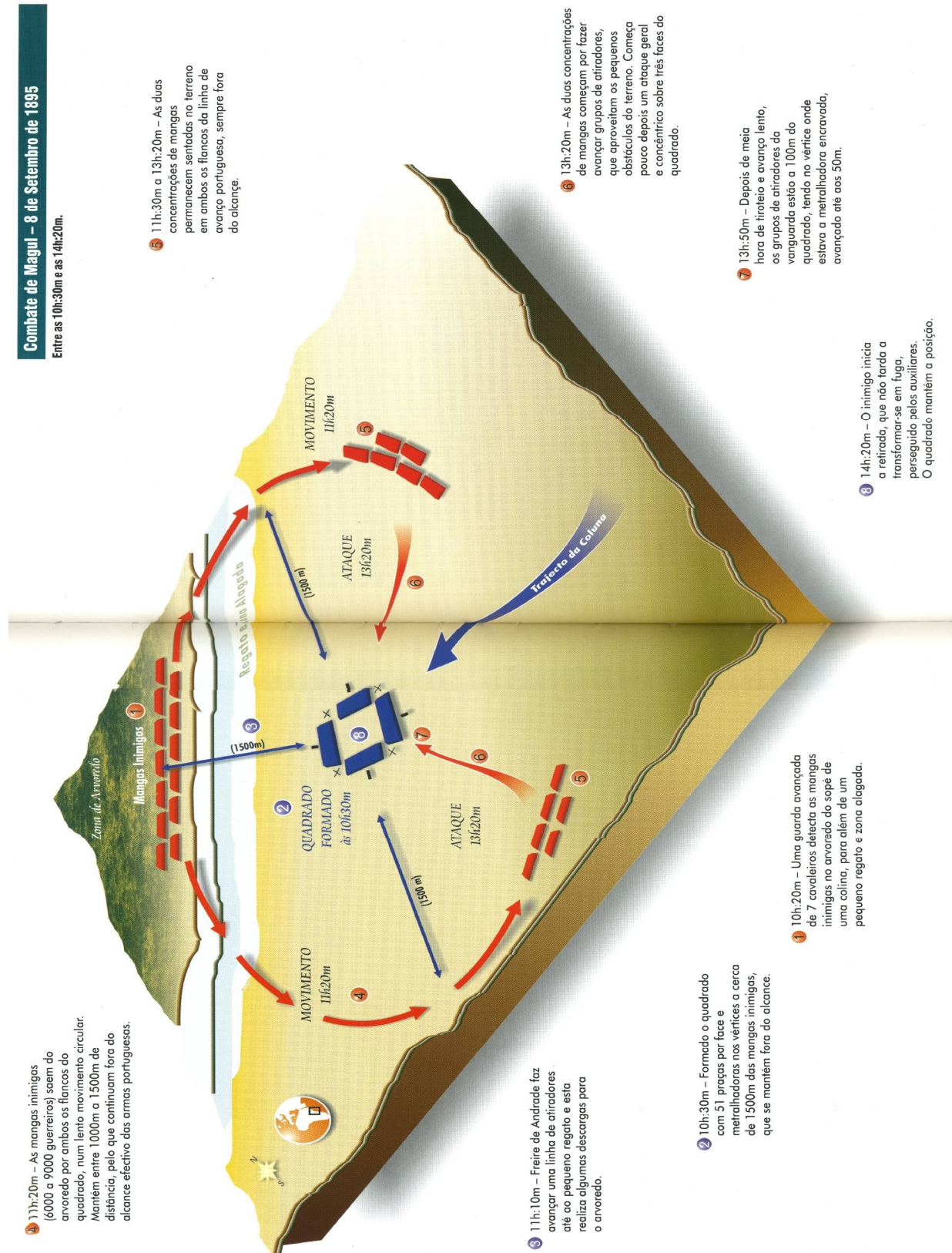
**Anexo T – Constituição das colunas sul e norte**

COMPOSIÇÃO DAS COLUNAS DO NORTE  
E DO SUL NA CAMPANHA DE 1895

UNIDADES DISPONÍVEIS	COLUNA DO SUL	COLUNA DO NORTE
<b>COMANDO</b>		
comandante	major Gomes Pereira	coronel Galhardo
Chefe de Estado Maior	capitão Freire de Andrade	capitão Eduardo Costa
Adjunto	tenente Paiva Couceiro	tenente Ayres d' Ornelas
<b>INFANTARIA</b>		
Batalhão de Infantaria 2 - (BI 2)	1ª, 2ª e 3ª companhias	4ª companhia
Batalhão de Caçadores 2 - (BC 2)	A parte estacionada em L.Marques	A parte estacionada em Inhambane
Batalhão de Caçadores 3 - (BC 3)		BC 3 (todo)
Bat. Caçadores da Af. Or. 3 - (BCAO 3)	BCAO 3 (todo)	
Bat. Caçadores da Af. Or.4 - (BCAO 4)		BCAO 4 (todo)
<b>CAVALARIA</b>		
Corpo da Polícia de L.Marques - CPLM	Uma secção	
Esquadrão de Cavalaria 1 - EC 1	4º pelotão	1º, 2º e 3º pelotões
<b>ARTILHARIA</b>		
Bateria de Montanha - BM	3ª secção	1ª e 2ª secções
Artilharia nº 4 (uma companhia)	Meia Companhia	Meia Companhia
<b>ENGENHARIA</b>		
Companhia de Engenharia	Meia Companhia	Meia Companhia

Fonte: Telo, António José, Moçambique 1895 – A Campanha de Todos os Heróis, Lisboa, Tribuna, 2004.

Anexo U – Figura representativa do combate de Magul



Fonte: Telo, António José, Moçambique 1895 – A Campanha de Todos os Heróis, Lisboa, Tribuna, 2004.

**Anexo V – Imagem do combate de Magul**



Fonte: Teixeira, (drç), Nuno Severiano e Barata (drç), Manuel Themudo, Nova História Militar de Portugal, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004.

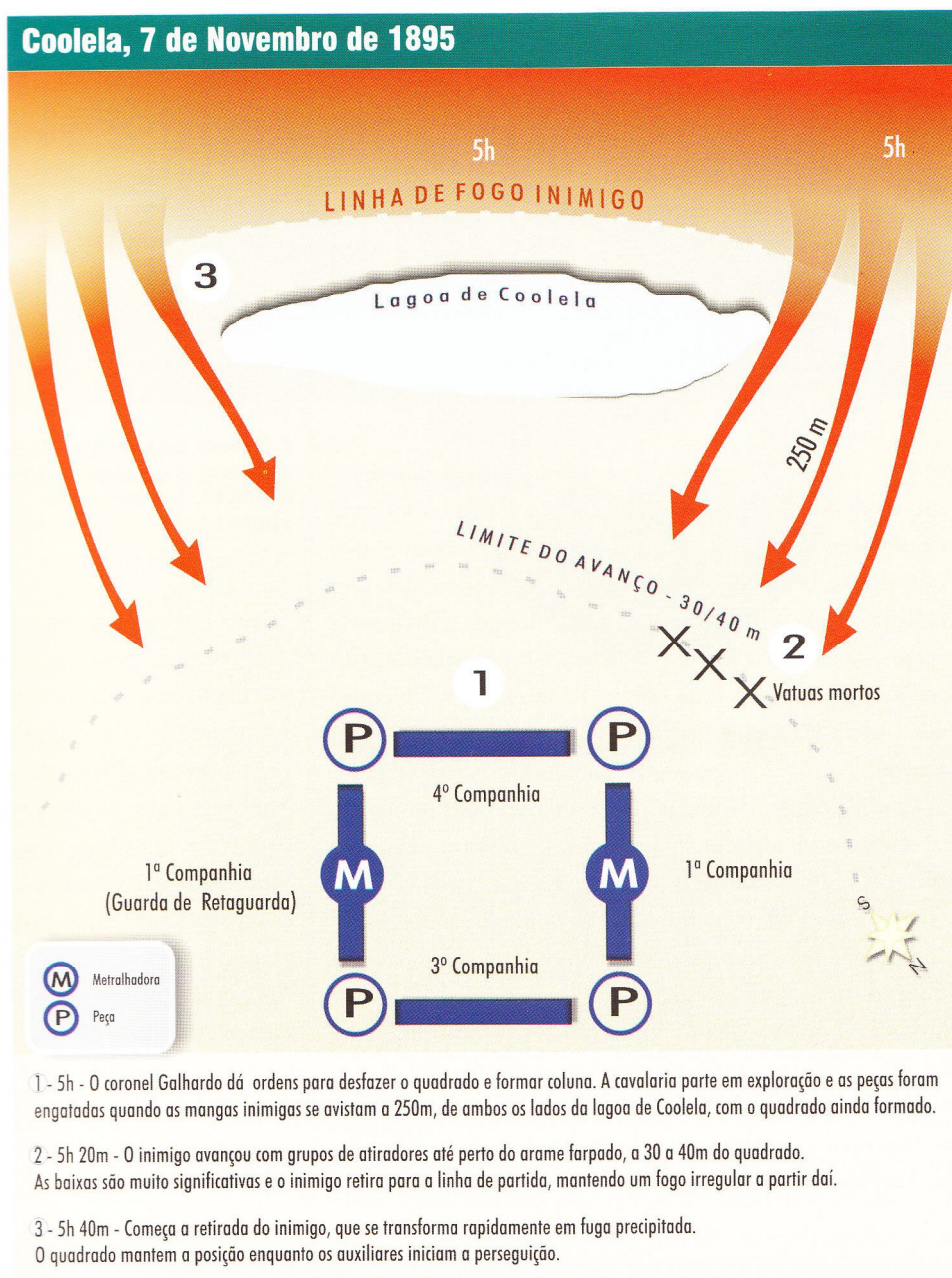
Anexo W – Composição da coluna de operações na marcha sobre Mandlakazi

Composição da columna de operações		Homens		Cavalos	Carros	Bois	Observações	
Unidades	Designações	(b)	(a)					
Commando da columna	Commandante	1	1			4	O carro é destinado ao archivo do commando, bagagens e cantinas d'estes officiaes e capotes dos impedidos. A bagagem d'este official vae no carro do estado-maior da força de infantaria.  O carro é destinado ao archivo da força, bagagens dos officiaes e capotes das praças.  Para bagagens dos officiaes, cantinas da companhia e capotes dos impedidos. Para os capotes das praças de pret das 3 companhias.  Para bagagens dos officiaes e cantinas do esquadrão.  Para bagagens dos officiaes e cantinas da bateria. Reserva de munições de guerra. Para capotes das praças de pret e dois cumhetes de cartuchos para infantaria,  Para bagagens do official, capotes das praças de pret, ferramentas e material defensivo Pharoes. Para bagagens dos officiaes, medicamentos e cantinas. Para transporte de doentes.  As bagagens dos officiaes vão no carro do estado-maior da força d'infantaria. Para viveres para 8 dias, forragens para 5 dias e 16 garraffes d'alcool.  Reserva para tracção. Para abater.	
	Chefe do estado-maior	1	1					
	Ajudante	1	1					
	Official de ordens	1	1					
	Sargento	1	1					
	Ordemancas	2	2					
	Impedidos	(f)	6					
	Interpretes	4	4					
	Commandante		1	1				
	Ajudante		4	4				
Estado maior e menor	Sargento-ajudante	1	1					
	Contra-mestre de cometeiros	1	1					
Infantaria	Impedidos	2	2					
	Officiaes	4	12		3	12		
	Sargentos	5	15		4	16		
	Cabos	12	36					
	Soldados	120	360					
	Cometeiros	2	6					
	de caçadores	1	3					
	Impedido	1	3					
	Officiaes		3		1	4		
	Sargentos		3					
Cavallaria	Cabos e soldados	20	20					
	Glarmas	3	3					
	Ferrador	3	3					
	Impedidos	3	3					
	Officiaes		3					
Artilheria	Sargentos	3	3		1	4		
	Cabos e soldados	3	3					
	Ferrador	3	3					
	Impedidos	3	3					
	Officiaes		3					
	Sargentos		3					
	Cabos e soldados		3					
	Cometeiros	6	22		2	8		
	conductor	1	1					
	Ferrador	1	1					
Engenharia	Impedidos	4	4					
	Officiaes		1		2	8		
	Sargentos		1					
	Cabos e soldados		1					
	Impedidos		1					
Ambulancia	Medicos	32	32					
	Enfermeiros	3	3					
	Serventes	4	4					
	Impedidos	3	3					
	Maqueiros	3	3					
Administracção militar e transportes	Officiaes	48	48					
	Sargentos	3	3					
	Cabos e soldados	3	3					
	Carreiros	6	6		16	65		
	Macambuzios	60	60					
Auxiliares	Officiaes		1					
	Capotes		100			4		
	Voluntarios		500			15		
Total		750	601	10	163			

(a) Europeus; (b) Indigenas; (c) Vae armado com 4 peças de montanha (7 c.) e 2 peças (trunco) para peças de 7 c., 300 granadas e 60 lanternetas para peças Gruson, 22.000 cartuchos (16 cumhetes) para apenas os tratadores de cavallos; os outros são contados na fileira.  
(d) A reserva de munições consta de: 30 granadas com balas (espoléas); 20 lanternetas e 140 cartuchos para abater; 300 granadas e 60 lanternetas para peças Gruson; 22.000 cartuchos (16 cumhetes) para apenas os tratadores de cavallos; os outros são contados na fileira.  
(e) Estes carros-pharoes são tirados por indigenas; (f) Os impedidos assim designados são

Fonte: Ennes, António, *A Guerra d'África em 1895*, Lisboa, Typographia do «Dia», 1898.

Anexo X – Imagem representativa do combate de Coolela



Fonte: Telo, António José, Moçambique 1895 – A Campanha de Todos os Heróis, Lisboa, Tribuna, 2004.